



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

REBECA CRUZ LIMA

PLANOS CLIMÁTICOS EM SALVADOR:
POLÍTICA, ESPAÇO E CONTRADIÇÃO

Salvador

2025

REBECA CRUZ LIMA

**PLANOS CLIMÁTICOS EM SALVADOR:
POLÍTICA, ESPAÇO E CONTRADIÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.


Orientador: Prof. Paulo Cesar Zangalli Júnior

Salvador
2025


REBECA CRUZ LIMA

**Planos Climáticos em Salvador: Política, Espaço
e Contradição.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Geografia da
Universidade Federal da Bahia como pré-
requisito para a obtenção do Título de Bacharel
em Geografia pela seguinte banca
examinadora:



Prof. Dr. Paulo César Zangalli Juniot
Orientador – UFBA



Prof. Dr. Clímaco César Siqueira Dias
UFBA



Jilvana Ferreira da Silva Souza
PÓS GEO - UFBA

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a minha grande família pelo apoio e esforços, agradeço a meu pai Antonio, minha irmã Thalita e principalmente a minha mãe Nerivan, que sempre esteve comigo, faça chuva ou sol, continua acreditando no meu potencial até hoje. Dinda Marisa e tia Ana, muito obrigada por tudo, por sempre se mostrarem interessadas nos meus caminhos acadêmicos, exemplos de mulheres e professoras. E os meus gatinhos Laila, Zuma e Pikachu pelo apoio emocional.

Um salve para os meus amigos da vida. André, Felipe, Víctor Hugo e Stelito que acompanharam de perto esses longos anos de estudos, e foram fundamentais com as risadas e resenhas, importante para manutenção das idéias. Obrigada meninos por mais de uma década de amizade.

Um outro salve aos meus amigos que a geografia me presenteou. Vanessa, Rodrigo, Jilvana, Lucas e João, obrigada pelo companheirismo em todos esses anos, pela parceria em todas as maluquices que a UFBA nos proporcionou, foi incrível! Agradeço também a todos os grandes colegas da geografia que somaram durante essa caminhada, desde gestão de CA e eventos acadêmicos, as festinhas e bagunças. Gratidão. Aqui vai um salve especial para a minha grande e querida amiga Larissa que esteve lado a lado comigo durante anos dessa caminhada, me apoiando, fortalecendo e incentivando as minhas conquistas. Muito obrigada por tudo.

Um obrigada especial ao universo, que me presenteou com ensino público de qualidade na minha trajetória, desde o ensino médio até a graduação, obrigada a todos os grandes professores que passaram pela minha vida, tem um pouquinho de cada um aqui e a todos que acreditam e defendem um ensino público de qualidade para todos. Estamos juntos!

Por fim, agradeço do fundo do meu coração ao meu orientador e professor Paulo, que me orienta desde a pandemia com carinho, paciência e compreensão, obrigada pela parceria. Ao grupo de pesquisa COLAPSO, muito obrigada por todo o conhecimento, troca e vivência compartilhada, foi e é importante no meu desenvolvimento como pessoa e pesquisador.

Drão, os meninos são todosãos
Os pecados são todos meus
Deus sabe a minha confissão, não há o que perdoar
Por isso mesmo é que há de haver mais compaixão
Quem poderá fazer aquele amor morrer
Se o amor é como um grão
Morre, nasce, trigo
Vive, morre, pão
Drão

(Gilberto Passos Gil Moreira, 1981)

LIMA, Rebeca Cruz. PLANOS CLIMÁTICOS EM SALVADOR: POLÍTICA, ESPAÇO E CONTRADIÇÃO. Orientador: Paulo Cesar Zangalli Júnior. 2025. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

RESUMO

A cidade de Salvador possui marcos na construção da sua agenda climática: em 2015 a cidade foi incluída na C40 Cities Climate Leadership Group (C40), uma rede de representantes de cidades globais com compromisso relacionados ao enfrentamento das mudanças do clima; em 2016 ocorreu a assinatura do Acordo de Paris; no ano de 2017 houve a assinatura do Deadline 2020, assinatura essa em que o prefeito se compromete a construir um plano de ação climática até o fim de 2020, no caso da cidade de Salvador esse plano foi o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima (PMAMC). Documento esse que contou com um consórcio de empresas e organizações na sua elaboração, visando neutralizar as emissões de carbono até 2049, adaptando a cidade a eventos climáticos e promovendo justiça climáticas por meio de metas e ações ambiciosas, com prazos de cumprimento entre 2024 e 2049. Esse trabalho busca analisar o Plano de Ação Climático de Salvador, com o objetivo de entender seu propósito como instrumento do planejamento urbano, se é uma meio concreto para lidar com os impactos dos eventos climáticos ou se é um ferramenta da produção e controle do espaço urbano nos moldes capitalistas da atualidade. Para alcançarmos esse entendimento foi preciso analisar o plano, buscando identificar a efetivação das ações de curto prazo. Pesquisar se sua elaboração foi participativa, como enunciado em seu discurso, se todos os setores presentes tiveram o mesmo espaço e força na sua construção, e se suas ações conversam com as demandas urbanas da maior parte da população Soteropolitana. Foi necessário buscar compreender como os discursos ambientalistas têm sido absorvidos nas políticas municipais a partir não só da análise das metas e ações como dos agentes envolvidos nos arranjos de governança climática da cidade. Concluimos que o Plano de Ação Climático de Salvador tem mais aderência com uma agenda internacional do clima do que com os verdadeiros problemas do município, isso é confirmado pelas metas

ambiciosas de mitigação e metas tímidas de adaptação aos impactos das alterações climáticas, mas, também, pela forma de financiamento das ações do documento.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas; Cidades; Planos Ambientais; Governança

LIMA, Rebeca Cruz. PLANOS CLIMÁTICOS EM SALVADOR: POLÍTICOS, ESPAÇO E CONTRADIÇÃO. Orientador: Paulo Cesar Zangalli Júnior. 2025. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

ABSTRACT

The city of Salvador has milestones in the construction of its climate agenda: in 2015, the city was included in the C40 Cities Climate Leadership Group (C40), a network of representatives from global cities committed to addressing climate change; in 2016, the Paris Agreement was signed; and in 2017, the city signed the Deadline 2020, through which the mayor committed to developing a climate action plan by the end of 2020. For Salvador, this plan is the Climate Change Mitigation and Adaptation Plan (PMAMC). This document was prepared through a consortium of companies and organizations, aiming to neutralize carbon emissions by 2049, adapt the city to climate events, and promote climate justice through ambitious targets and actions, with deadlines ranging from 2024 to 2049. This work seeks to analyze Salvador's Climate Action Plan in order to understand its purpose as an urban planning instrument, whether it serves as an effective means to deal with the impacts of climate events or as a tool for producing and controlling urban space within today's capitalist model. To reach this understanding, it was necessary to analyze the plan, seeking to identify the implementation of short-term actions, and to investigate whether its development was participatory, as claimed in its discourse; whether all stakeholders involved had equal space and influence in its construction; and whether its actions align with the urban demands of most of Salvador's population. It was also necessary to understand how environmental discourses have been incorporated into municipal policies, not only through the analysis of targets and actions but also through the stakeholders involved in the city's climate governance arrangements. The study concludes that Salvador's Climate Action Plan aligns more closely with an international climate agenda than with the municipality's real problems. This is confirmed by the ambitious mitigation targets contrasted with timid adaptation goals for addressing the impacts of climate change, as well as by the way the document's actions are financed.

Keywords: Climate Change; Cities; Environmental Plans; Governance

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Intersecção entre em vulnerabilidade e ocorrências de deslizamento e alagamentos entre 2014/2019.....	17
Figura 02 – Organograma da trajetória da cidade de Salvador na construção de uma agenda climática.....	23
Figura 03 – Organograma caminhos ICLEI.....	29
Figura 04 – Organograma eixos do PMAMC.....	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Metas Gerais de Mitigação do PMAMC.....	23
Tabela 02: Metas Gerais de Adaptação do PMAMC.....	24
Tabela 03: Projetos e Iniciativas do caminho Equitativo e Centrado nas Pessoas.....	25
Tabela 04: Projetos e Iniciativas do caminho Baseado na Natureza.....	26
Tabela 05: Projetos e Iniciativas do caminho Resiliência.....	27
Tabela 06: Projetos e Iniciativas do caminho Baixo Carbono.....	28
Tabela 07: Diretrizes e ações do eixo Salvador Inclusiva.....	29
Tabela 08: Diretrizes e ações do eixo Verde-Azul.....	32
Tabela 09: Diretrizes e ações do eixo Salvador Resiliente.....	34
Tabela 10: Diretrizes e ações do eixo Salvador Baixo Carbono.....	36
Tabela 11: Riscos, efeitos e consequências para a cidade de Salvador.....	41
Tabela 12: Tabela de ações de curto prazo (2024).....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

100RC - 100 Cidades Resilientes
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEB – Adaptação Baseada em Ecossistemas
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRS – Bus Rapid System (inglês)
BRT – Bus Rapid Transit (inglês)
C40 – Cities Climate Leadership Group (inglês)
CB27 – Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras
CEMADEN – Centro de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CODESAL – Defesa Civil de Salvador
CO₂ – Dióxido de Carbono
COP – Conferência das Partes
FCS – Fórum Clima Salvador
FMLF – Fundação Mário Leal Ferreira
GCoM – Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia
GEE – Gases de Efeito Estufa
GIZ – Agência Alemã de Cooperação Internacional
GPC – Global Protocol (inglês)
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCA – International Congress and Convention Association (inglês)
ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade
IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
LED – Light Emitting Diode (inglês)
MMA – Ministério do Meio Ambiente
NDC – Pretendidas Contribuições Nacionalmente Determinadas

NUPEC – Núcleo de Proteção e Defesa Civil
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PDE – Plano Diretor de Encostas
PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PLANCON - Plano de Contingência
PLAMIRA – Plataforma de Adaptação Inteligente às Vulnerabilidades e Riscos Ambientais
PMAMC – Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima
PMMR – Plano Municipal de Redução de Riscos
PRODETUR – Programa de Desenvolvimento ao Turismo
RPC – Cenário representativo de Concentração
SALTUR – Empresa Salvador Turismo
SEEG – Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa
SECIS – Secretaria Municipal de Sustentabilidade e Resiliência
SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEINFRA – Secretaria de Infraestrutura
SEMOB – Secretaria de Mobilidade
SMED – Secretaria Municipal de Educação de Salvador
SUCOP – Superintendência de Obras Públicas
TRANSALVADOR – Superintendência de Trânsito de Salvador
UNFCCC – Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
OBJETIVOS.....	18
Objetivos Específicos.....	18
METODOLOGIA.....	18
RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	20
Trajetória da cidade e suas questões climáticas.....	20
A construção do Plano.....	27
O Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima.....	30
Metas e Ações.....	37
Quem financia a agenda climática de Salvador?.....	48
Crítica da Sociedade Civil ao Plano.....	51
CONCLUSÕES.....	56
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

As cidades ao longo do anos vêm se tornando meio, produto e por consequência produtor de grandes acontecimentos e transformações. Isso pode ser percebido pelas dinâmicas que vão se estabelecendo nelas, como: adensamento populacional; transformação do “meio natural”, o uso e a ocupação desigual desses espaços e em suas relações sociais.

Os centro urbanos concentram cada vez mais pessoas, ativos construídos e atividades econômicas, elementos que tornam a cidade vulnerável ao impacto das mudanças do clima como também colaboram para o desequilíbrio climático. Impactos que podem se manifestar como ilhas de calor, impermeabilidade do solo, perda de áreas verdes, drenagem precária, deslizamento e alagamentos, são recorrentes no cotidiano urbano da maioria das cidades brasileiras.

Os eventos naturais extremos de origem atmosférica são os que mais impactam o espaço urbano, além de afetar de forma concreta a economia e a qualidade de vida dos diferentes grupos sociais presentes nele. Corrêa (1989), em seus estudos, considera a cidade como um espaço urbano que pode ser abordado e analisado de diferentes modos, podendo ser observado como forma espacial em suas conexões, com estruturas sociais, processos e funções urbanas. O autor entende o espaço urbano como o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Esses usos definem áreas, como o centro da cidade, centro comercial, áreas de serviços e de gestão, áreas residenciais, indústrias etc. Esses conjuntos de uso da terra são a organização espacial da cidade ou o espaço urbano (Corrêa, 1989).

Mas, na contemporaneidade, o espaço se tornou meio, condição e produto da reprodução ampliada do capital (Carlos, 2015). Portanto, a produção do espaço urbano segue a lógica capitalista, geradora de espaços segregados e fragmentados, que resulta em impactos sensíveis aos grupos sociais que habitam a cidade de forma desigual. Esses espaços desiguais potencializam os efeitos do clima, que se manifestam também de maneira desigual (Sant’anna Neto, 2001). Eventos como ondas de calor, chuvas intensas, inundações, deslizamentos... são os que mais danificam o espaço urbano. Quando esses eventos ocorrem em áreas de risco da cidade, a

população vulnerável sofre consequências que podem variar em grau de intensidade (Sant'anna, 2011).

A primeira capital do Brasil e o quinto município mais populoso do país, concentra suas atividades econômicas, sociais e culturais na área urbana, abrigando grande número de pessoas na cidade, o que resulta em um alto consumo de matérias primas, problemas de ordem socioambiental e impactos na qualidade de vida. De acordo com o último Censo, a capital baiana possui 262 favelas ou comunidades urbanas com uma população de 1.033.258 habitantes vivendo nelas (IBGE, 2022).

Essa parcela da população frequentemente se encontra exposta e vulnerável aos eventos climáticos que se manifestam na cidade. A vulnerabilidade geralmente é definida em termos da exposição ao risco, da sua capacidade ou incapacidade de reação. A proporção desses riscos é influenciada pela qualidade da infra-estrutura urbana e pelas estruturas de governança que planejam, coordenam, gerenciam e implementam políticas e serviços públicos (Martins, 2010).

Na maioria das cidades brasileiras, incluindo Salvador, essa vulnerabilidade se origina dos conflitos socioespaciais, onde a maioria da população é pobre. Isso se reflete, de certa forma, na ocupação desigual do solo, afinal, essa população vai se organizando em espaços sem infraestrutura técnica adequada, com moradias precárias, deficiência urbana e por vezes ausência de saneamento básico, além de ocuparem áreas que em condições naturais que já oferecem riscos ambientais como as encostas e os vales (Santana, 2014).

Segundo Soares (2009), Salvador possui uma urbanização obediente às lógicas do capital e das forças imobiliárias que acentuam a pobreza urbana, pobreza essa que se manifesta através da precarização de espaços e vias públicas, ocupação em encostas, ausência de infraestrutura e de serviços públicos. Além dos problemas com a urbanização, as tendências sobre as consequências das mudanças climáticas associadas ao aquecimento global para a cidade de Salvador, indicam a ocorrência de inundações, deslizamentos, aumento no nível do mar, proliferação de vetores, ondas de calor, e seca meteorológica até o fim deste século (SECIS e GIZ, [s.d.]).

A elaboração de políticas públicas é fundamental para a criação de ferramentas e estratégias que preparem a cidade para eventos atuais e futuros.

Cidades estas que também vem se destacando por cada vez mais, possuir uma relevância e atuar diretamente em acordos e políticas globais, principalmente voltadas à uma agenda climática. O “enverdecimento da economia” vem configurando um processo que está influenciando em grande medida a elaboração dessas políticas em diversos países. A economia verde vem sendo inserida nas políticas públicas de combate às mudanças climáticas (Moreno, 2016).

Diante desse cenário, a prefeitura municipal de Salvador vem, a mais de uma década, investindo em estratégias, planos e ações que assumam o clima e o meio ambiente como aspecto central dos processos de organização do território. Essa é a contradição que nos move, portanto, consideramos que a elaboração de políticas públicas voltadas para as alterações climáticas tem se tornado uma ferramenta na produção e controle do espaço urbano, seus planos e suas ações se materializam na cidade de forma desigual, nem sempre priorizando as necessidades da maior parcela da população. O instrumento que analisamos para conhecer essas contradições foi o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas da cidade de Salvador.

OBJETIVOS

Analisar se o Plano de Mitigação e Adaptação das Mudanças do Clima da cidade de Salvador (PMAMC), se configura como uma ferramenta concreta para lidar com os impactos climáticos ou como um instrumento da produção e controle do espaço urbano nos moldes capitalistas da atualidade.

Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral foi necessário:

- Analisar as ações e metas do plano, averiguando se as ações de curto prazo, refletem as necessidades da população, sobretudo dos grupos mais vulnerabilizados;
- Investigar a existência e a qualidade da participação social no processo de elaboração do PMAMC, identificando os atores envolvidos e suas contribuições na construção;
- Compreender como os discursos ambientalistas têm sido incorporados nas políticas públicas do município, na trajetória da cidade e na construção da sua agenda climática.

METODOLOGIA

Primeiramente foi feito um levantamento bibliográfico sobre conceitos chaves presente na pesquisa, especialmente bibliografias que tratam da avaliação de Planos de Ação Climática e/ou políticas ambientais urbanas. Essa bibliografia deu suporte à metodologia do trabalho com destaque para Arruda, Menegaldo e Masiero (2021) e Portela, Bresciani (2022) Sant'anna (2011) que forneceram elementos para a análise crítica, pois além de analisar o documento da cidade de Salvador, os comparam com outras capitais nacionais.

Optamos por mobilizar a metodologia de análise de governança multinível, pois oferece elementos para compreender as políticas públicas sob um olhar político e geográfico. Trata-se de uma abordagem qualitativa, empregada para a análise do Plano de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima de Salvador – posteriormente chamado de Plano de Ação Climática. A análise identificou as ações, metas e diretrizes que substanciam a proposta, bem como os agentes produtores dessa política.

Analizamos, também, outros documentos, especialmente aqueles ligados ao ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, um dos principais agentes produtores do documento. A leitura do documento Jornada para uma cidade verde, que sintetiza ações da instituição na América Latina serviu para comparar as ações e diretrizes propostas no PMAMC às já empregadas pelo ICLEI em outros contextos urbanos.

Identificamos, também, os agentes que produziram e mobilizaram conhecimento¹ para a produção do Plano de Ação e a sua relação com os processos de normatização do território. Essa etapa ampliou o olhar sobre os documentos analisados, possibilitando identificar o grau de aderência à dinâmica internacional perante as contradições locais.

A análise dos documentos se deu seguindo os seguintes critérios/questões: i) qual o tipo de protagonismo do Estado? Está centrado na ação pública ou propõe distribuição do poder e da tomada de decisão? ii) qual o nível de participação coletiva na produção do plano? iii) qual o nível de aderência aos principais problemas climáticos da cidade? iv) quais as possibilidades de inserção social na gestão climática futura da cidade?

A interpretação desses critérios foi subsidiada com a identificação das fontes de financiamento das ações e a possibilidade ou não de entrada privada no processo de gestão pública da cidade e do seu ordenamento jurídico ambiental e climático.

¹ Knowledge production and mobilization – KPM - Conceito proposto por Sapinski (2016) para analisar os Climate and Environmental Policy Groups (CEPGs), tais como os identificados neste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, apresentamos e discutimos os resultados da pesquisa, organizados em subseções, pensado dessa forma para um melhor entendimento do movimento político da cidade, as subseções são: Trajetória da cidade e suas questões climáticas, que busca apresentar a trajetória política de Salvador nas questões relacionadas às alterações do clima da cidade; A construção do Plano, aborda como o documento foi pensado e elaborado; Na seção O Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima tratamos do plano em si, suas metas e ações gerais para cidade, sua relação com os agentes presentes na sua formulação; Metas e ações é analisado as metas e ações propostas no plano e sua articulação com o Iclei; Quem financia a agenda climática de Salvador? É onde buscamos compreender a origem do financiamento para as ações do plano e por último a Crítica da Sociedade Civil ao Plano que é o contraponto em relação ao discurso do plano.

Trajetória da cidade e suas questões climáticas

A cidade de Salvador, um dos principais centros de atrações turísticas nacionais e internacionais² e é, também, a terceira cidade brasileira com a maior quantidade de pessoas vivendo em áreas de risco, sendo que ao menos 45,5% das pessoas vivem em algum grau de exposição ao risco (IBGE, 2018).

Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), o risco é a probabilidade da ocorrência de efeitos adversos, potenciais perdas associadas a eventos climáticos, considerando a relação entre o perigo (*hazard*³), a exposição e a vulnerabilidade. Logo, *Risco = Perigo (climático) x Exposição x Vulnerabilidade*. Sendo o perigo relacionado a fenômenos físicos; a exposição tem a

² Em 2018 a cidade foi incluída na lista da National Geographic como melhores destinos para se conhecer em 2019, lista replicada pelo jornal The New York Times. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.com/travel/graphics/best-trips-2019>

³ Hazard pode ser entendido como elementos ou evento climático e meteorológico com potencial de causar danos ou impactos negativos a pessoas, infraestrutura, ecossistemas ou atividades econômicas. Podendo ser de origem natural, climática ou antrópica (IPCC, 2022)

ver com a presença de pessoas, bens, ecossistemas ou infra estruturas em locais sujeito a perigos; e a vulnerabilidade é medida pelo grau em que esses elementos estão suscetíveis a sofrer impactos negativos (IPCC, 2022).

A vulnerabilidade tem relação com a propensão de um ambiente ser afetado negativamente pelas mudanças climáticas. Isso inclui sensibilidade aos impactos e a capacidade limitada de adaptação. Fatores que podem influenciar a vulnerabilidade de uma cidade são: as desigualdades socioeconômicas; acesso aos recursos ou a falta deles; a forma de governança do território.

Em sua pesquisa acadêmica, Santana (2020), elaborou um mapa de Índice de Vulnerabilidade Social a Inundações e Deslizamento, permitindo assim identificar e espacializar o grau de vulnerabilidade dos territórios de risco da cidade a partir dos seguintes fatores: domicílios do tipo casa com rendimento de 1/8 a 1 salário mínimo; população residente da cor/raça Preta; pessoas de 0 a 14 anos; domicílios do tipo casa; domicílios com 7 a 9 moradores e domicílios particular permanente cedidos, no seu trabalho fica entendido que é a vulnerabilidade que indica a dimensão do risco, esse que é também produzido socialmente (Santana, 2020).

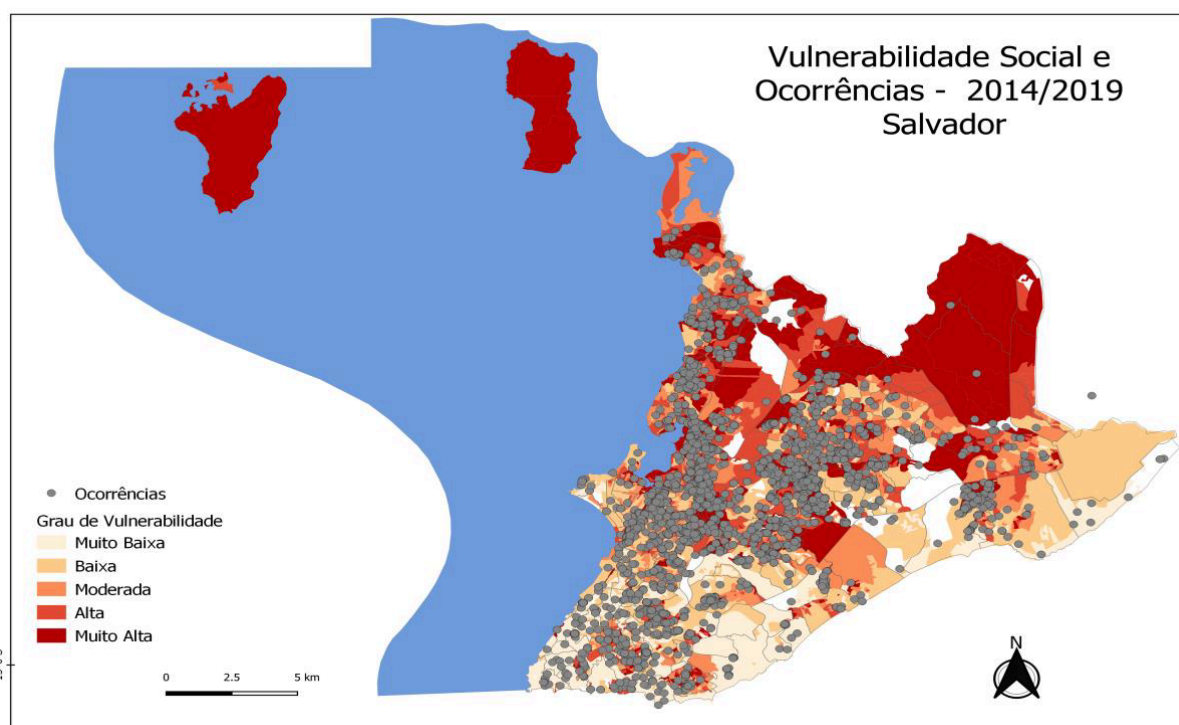


Figura 01: Intersecção entre em vulnerabilidade e ocorrências de deslizamento e alagamentos entre 2014/2019. Elaboração: SANTANA, 2020.

Já o PMAMC baseia seu diagnóstico de vulnerabilidade da cidade em um arranjo de análise técnica envolvendo, inventário de emissão de GEE, índice de riscos climáticos locais e estudo de inclusão climática que tem como objetivo mapear as desigualdades e identificar grupos prioritários. A análise socioambiental vem dos seguintes fatores: grande parcela da população vive em áreas de risco; a alta densidade populacional e as desigualdades sociais. Já no quesito ambiental temos os riscos diagnosticados a partir de cenários climáticos e dos riscos específicos diagnosticados no plano para a cidade de Salvador (PMAMC, 2020).

Diante deste cenário era de se esperar que medidas fossem adotadas para a superação do problema e para a diminuição dessa realidade. Desde o ano de 2013, planos são anunciados.

O Salvador500, é um plano de médio e longo prazo, lançado em 2014 pela FMLF, tem como objetivo preparar a cidade de Salvador para seus 500 anos em 2049, visando redução de desigualdades econômicas, sociais e espaciais (FMLF, sd). Em maio de 2017 foi lançado o Salvador360⁴, pela SEDUR com o objetivo de acelerar o crescimento econômico e social por meio de 360 medidas distribuídas em 8 eixos. E no ano de 2019 foi lançado o plano Salvador Resiliente⁵ que tem como objetivo principal aumentar a capacidade da cidade de resistir, se adaptar e se recuperar diante de entraves como eventos climáticos, desigualdade social e crescimento urbano.

Nesse meio tempo, em 2015, a cidade de Salvador começou a inserir na construção da sua agenda climática, parcerias internacionais: no mesmo ano a cidade foi incluída na C40 Cities Climate Leadership Group (C40), uma rede de representantes das maiores cidades globais com compromisso relacionados ao enfrentamento das mudanças do clima; em 2016 foi selecionada para integrar o programa 100 Cidades Resilientes (100RC) foi uma iniciativa global lançada pela

⁴ O plano foi lançado no Sheraton Bahia Hotel, com investimento planejado de R\$ 3 bilhões desenvolvido pela Prefeitura por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur) (REPORTER HOJE, 2017)

⁵Estratégia Salvador Resiliente foi lançada no dia 26 de março de 2019 com a presença do então prefeito ACM Neto e representantes da rede 100 Cidades Resilientes da Fundação Rockefeller (CORREIO, 2019)

Fundação Rockefeller com o objetivo de oferecer subsídio financeiro às cidades ao redor do mundo a se tornarem mais resilientes frente aos desafios físicos, sociais e econômicos do século XXI (Resilient Cities Network, 2019).

Houve a assinatura do Acordo de Paris em 2016, e no ano de 2017 ocorreu a assinatura do Deadline 2020, assinatura essa em que o prefeito se comprometeu a construir um Plano de Ação Climática até o fim de 2020. No caso de Salvador, esse processo originou o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima (PMAMC, 2020).



Figura 02: Organograma da trajetória da cidade de Salvador na construção de uma agenda climática. Elaborado pela autora, 2025.

Ao passo que acordos internacionais foram assinados, em Salvador, os episódios extremos de alagamentos e deslizamentos de massa continuam acontecer, fruto da relação histórica e contraditória da produção da cidade com a sua natureza fez com que ao menos 27 pessoas morressem em 2015, todas elas vivendo situações de risco permanente em áreas periféricas da cidade.

Esse episódio não foi o único que chamou atenção da esfera Federal. A Promotoria de Justiça começou a direcionar seus esforços em relação às encostas em 2012, a partir de um inquérito civil. Foi solicitado ao órgão como a CODESAL informações sobre sua estrutura, quadro técnico e logística de atuação no município. Aos ministérios, tanto o Ministério das Cidades quanto o de Integração Social foi requerido um parecer sobre recursos e projetos destinados à cidade de Salvador desde 2004. A outros órgão também houve cobranças, à Superintendência de Obras

Públicas (SUCOP) foi solicitado cópia do contrato com a empresa GEOHIDRO, responsável pela elaboração do Plano Diretor de Encosta (PDE) e ao Centro de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), foram solicitados esclarecimentos sobre o projeto de Alarme de Risco, então em desenvolvimento (Souza, 2025).

A seguir foi realizada uma audiência pública com representantes dos órgãos citados anteriormente e também de outros setores como Caixa Econômica Federal e Conselho Regional de Engenharia da Escola Politécnica da UFBA, dessa reunião saiu uma recomendação nº 1/2013 direcionada ao então prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto e ao secretário de Infraestrutura e Defesa Civil, Paulo Fontana. Podemos destacar algumas recomendações do documento: atualização do Plano Diretor de Encostas de 2004; elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMMR); elaboração de Plano Diretor de Alagamento e Drenagem; o Plano de Contingência (Plancon); implantação de sistema de alerta, com monitoramento em tempo real; reestruturação da Defesa Civil; mapeamento de áreas de risco entre outros (Souza, 2021).

Assim, uma contradição aparece, a velocidade com que o governo municipal avança em acenos internacionais, não é a mesma com às demandas locais. Evidente que a criação de uma agenda climática municipal e a adoção perante à comunidade internacional de parâmetros climáticos no ordenamento do território deve ser vista com bons olhos. Logo, o PMAMC, veio a se configurar como um plano de ações criado pela prefeitura de Salvador, em resposta às alterações do clima, com o objetivo de construir uma trajetória de redução de gases de efeito estufa, além de melhorar e adaptar a cidade às mudanças climáticas e promover justiça social.

O documento foi elaborado através do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), gerido pela Secretaria Municipal de Sustentabilidade e Resiliência (SECIS) em consórcio com as empresas Waycarbon e ICLEI, apoiado pela WWF Brasil, C40 e GIZ e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O plano se apoia em duas frentes de ação: mitigação e redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE); e

adaptação e redução de vulnerabilidade frente aos efeitos das mudanças do clima. Por meio de ações de curto (2024), médio (2032) e longo prazo (2049), o PMAMC propõe construir uma trajetória de redução de GEE com um compromisso de neutralização de carbono até 2049, melhorar a adaptação da cidade às mudanças do clima, além de promover justiça climática (PMAMC, 2020).

As ações de mitigação e adaptação visam não apenas auxiliar no enfrentamento às mudanças do clima, mas também no desenvolvimento ambiental, social e econômico de forma integrada com outros instrumentos e planos da cidade. Podemos citar alguns desses instrumentos além do próprio PRODETUR, como a Secretária de Sustentabilidade e Resiliência (SECIS); Secretaria de Mobilidade (SEMOB); Superintendência de Trânsito e Transporte (Transalvador); Defesa Civil de Salvador (Codesal); Secretária Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas (SEINFRA), SALTUR (Empresa Salvador Turismo) e Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF).

Com o intuito de dar corpo científico ao processo de elaboração do Plano foi criado pela Prefeitura de Salvador, através da SECIS e em parceria com a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) dentro do programa ProAdapta⁶, o Painel Salvador de Mudanças do Clima. Inspirado no IPCC, o Painel do Clima de Salvador teve o intuito de criar uma rede de conhecimento técnico-científico sobre a crise climática com o propósito de elaborar soluções para a adaptação e mitigação das alterações climáticas aplicáveis à cidade de Salvador.

Essa iniciativa foi lançada em agosto de 2019 em uma das Semanas Regionais do Clima⁷ - Semana do Clima da América Latina e Caribe - que aconteceu na cidade de Salvador, a partir de um calendário de atividades, que teve como objetivo discutir e incentivar respostas da região a emergência climática, participam do evento ministros de governo, representantes seniores de agências multilaterais e

⁶ Projeto de apoio ao governo brasileiro na implementação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (ProAdapta), financiado pelo Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (BMU), com duração de 2017 a 2022. (CÂMARA, SD).

⁷ A Semana Regional do Clima é uma plataforma colaborativa onde entidades governamentais e organizações não-governamentais se reúnem para abordar questões climáticas. O evento acontece anualmente nas regiões: da África; América-Latina e Caribe; Ásia Pacífico; Oriente Médio e Norte da África (UNFCCC, 2023).

Organizações Não Governamentais (ONGs). A semana foi organizada pelo governo brasileiro em parceria com organizações internacionais, regionais e pela cidade de Salvador (ONU, 2019). Portanto, mais uma ação de visibilidade internacional.

A partir do lançamento dessas ações, outras vieram na sequência, como a atualização do inventário de emissões de GEE, um plano de comunicação e engajamento, este em duas etapas, o lançamento do índice de riscos climáticos, o lançamento da versão preliminar do PMAMC e, por fim, a publicação do Plano de Ação Climática.

Com base nesses documentos algumas avaliações já foram realizadas e consideram que a cidade de Salvador:

Possui políticas públicas mais robustas de combate à mudança do clima, assim como legislações consolidadas. Outro ponto a se destacar é a participação de Salvador, (...) da rede C40 Cities, que a classifica como líderes exemplares de ação climática em nível global (Portela; Bresciani, 2022, p. 18).

Arruda, Menegaldo e Masiero (2021, p. 300) apresentam avaliação na mesma linha, afirmando que o “compromisso com a redução dos GEE é uma constante nas cidades estudadas, sendo que algumas apresentam planos robustos de enfrentamento (destacando-se São Paulo, Curitiba, Salvador e Brasília) com diretrizes audaciosas e delimitadas”. Consideram, ainda, com base nos documentos de comunicação e engajamento disponibilizados que a produção do plano foi “o que apresentou maior participação popular e segundo ICLEI (2020) foi o mais participativo do mundo, com mais de 60 reuniões e mais de 1500 pessoas ouvidas durante a elaboração de diretrizes, objetivos e ações para a mitigação e adaptação” (idem, 2021, p. 301).

No entanto, a avaliação final do documento permite expressar o conteúdo desse processo desde que avaliado em relação ao seu movimento real. Isso significa dizer que até aqui a contradição mais evidente transita entre o que Salvador pretende apresentar e atender no cenário internacional em contrapartida com a realidade local, ou seja, a criação de uma agenda climática local aparentemente indica uma necessidade de reposicionar a cidade internacionalmente na hierarquia urbana do que enfrentar, de fato, os problemas reais e históricos da cidade.

A construção do Plano

O processo participativo do PMAMC é o ponto alto da sua promoção. A ampla divulgação da participação da sociedade civil, acadêmica, setor privado e de outras organizações, faz com que o documento seja lido como participativo e plural na sua construção e tomadas de decisões. Segundo o plano, foram mais de 60 eventos participativos (consultas públicas, workshops, reuniões técnicas) e mais de 1300 participações da sociedade civil (PMAMC, 2020).

Houve consultas específicas com lideranças de comunidades tradicionais e lideranças comunitárias, universidades e centros de pesquisas, grupo técnico-científico (Painel Salvador de Mudanças do Clima), setor privado e ONGs. Durante a pandemia do COVID-19 parte dessa interação foi feita online

Além de um forte discurso ambientalista, o plano também se fortalece na sua promoção de horizontalidade nas tomadas de decisões. Apesar da boa intenção por trás da elaboração dessas políticas, o discurso ambientalista que se instrumentaliza na razão econômica, reforça a mercantilização da natureza e elementos verdes. No caso de Salvador, o poder público é o agente responsável pelo ordenamento do território. Por meio de suas ações e intervenções, ele é responsável pelo cuidado do cidadão individual e coletivamente. Porém, na prática, ao seguir ideias neoliberais, o estado cada vez mais permite, incentiva e até delega a participação das corporações do capital, no controle e uso dos espaços sejam eles públicos ou privados (Sant'anna, 2011).

Neste cenário, novas formas de governar o território vem se apresentando, transportando outros atores econômicos, sociais e culturais de diferentes escalas e interesses, no processo de decisões políticas do Estado. Teoricamente a concepção de governança engloba um modelo de gestão pública mais eficiente do que o modelo centrado nas decisões tomadas somente pelo Estado. A governança tem o pressuposto de garantir as ações e interesses coletivos (Zangalli, 2018). Mas, na prática, esse modelo de gestão mais aberto e participativo pode apresentar riscos. O envolvimento de interesses do setor privado pode tensionar o processo de tomada de decisões e comprometer o interesse coletivo.

A governança multinível é uma das dimensões de governança que vem emergindo. Esse modelo é o mais eficiente para a governabilidade do território, porque: gere melhor os impactos territoriais, provocados por externalidades que podem variar de uma escala mundo (alterações climáticas), até a uma escala local (serviços urbanos); refletiria a diversidade de interesses dos cidadãos; facilita compromissos políticos e promove a inovação e experimentação no campo das políticas públicas (Pereira, 2014). Não existe somente uma forma ou modelo de governança multinível, em geral esses modelos reproduzem a dimensão neoliberalista de organização do espaço. O conceito de governança multinível adquire contornos distintos em diferentes contextos e cenários (Bichir, 2018).

O PMAMC conta com apoio e financiamento de organizações de diferentes esferas econômicas e sociais. O ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade é uma organização internacional não governamental que conta com uma rede global de mais de 2.500 governos locais e regionais comprometidos com um desenvolvimento urbano sustentável. Essa organização está ativa em mais de 125 países e influencia nas políticas e ações de sustentabilidade desses locais. Nesse movimento global de associações de governos temos a rede ICLEI América do Sul que liga mais de 80 governos em 7 países sul americanos, incluindo o Brasil (ICLEI, 2021).

Algumas das cidades e estados do Brasil em que o governo local estabelece essa relação com a rede ICLEI são: Curitiba e Porto Alegre - Parceria entre Governos Locais e Organizações da Sociedade Civil na Ação Climática Local; Rio de Janeiro - Em Defesa da Flora Brasileira; Sorocaba e Betim - Políticas Públicas para Soluções no Enfrentamento a Mudança do Clima; Canoas e Contagem - Mapeamento de Emissões de Gases de Efeito Estufa; Salvador - Por uma Cidade Verde e de Baixo Carbono (idib, 2021).

Alguns dos acordos e compromissos ambientais que o ICLEI se alinha é o Acordo de Paris, a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia (GCoM) e a Declaração de Edimburgo para a Preservação da Biodiversidade.

O ICLEI América do Sul desenvolve projetos com temáticas relacionadas às mudanças do clima, desenvolvimento de baixo carbono, resiliência, compras públicas sustentáveis, entre outros projetos. A rede oferece aos seus associados caminhos a serem percorridos em busca de fortalecer a ação climática local. As ações são agrupadas em categorias de acordo com trajetórias e cada uma delas envolve um custo adicional que se soma a anuidade-base paga pelo governo local (ICLEI, c2021).

As ações desenvolvidas são direcionadas por cinco caminhos estratégicos que permitem aos governos locais e regionais implementarem mudanças de forma integral e sistêmica em seus sistemas urbanos de acordo com suas necessidades, esses caminhos são: Baixo Carbono; Baseado na Natureza; Circular; Resiliente; Equitatividade e Centrado nas Pessoas (idib, c2021). Cada um desses caminhos adota um conjunto de projetos e iniciativas que se relacionam com sua temática.

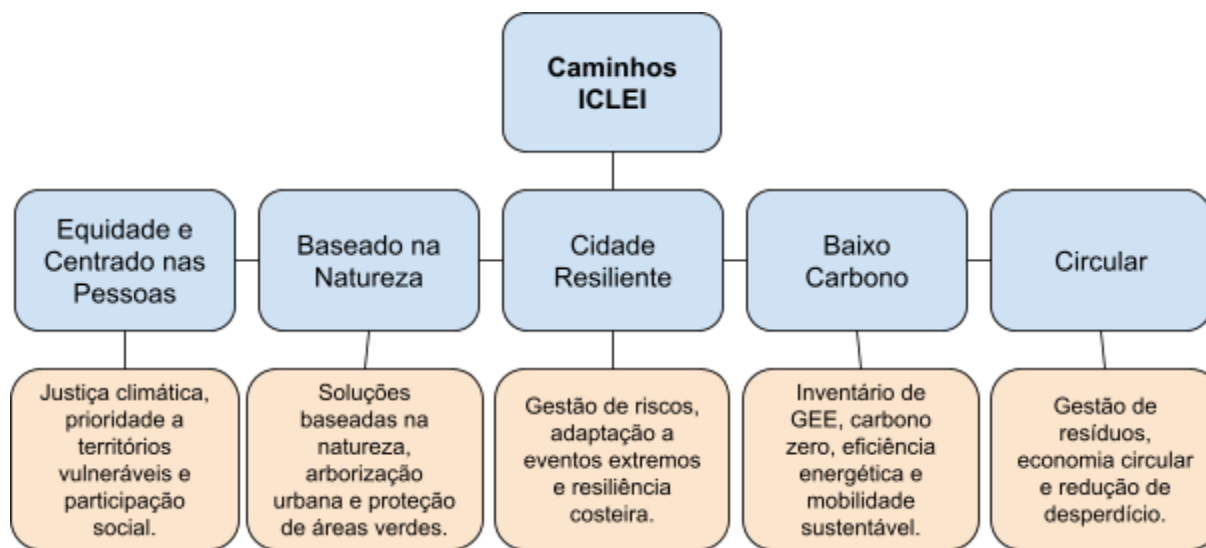


Figura 03: Organograma caminhos ICLEI. Elaborado pela autora, 2025.

Uma das empresas parcerias na atuação do ICLEI no PMAMC é a Waycarbon, uma empresa nacional que presta assessoria para o setor público e privado, no desenvolvimento de soluções de tecnologia e inovação voltadas para a sustentabilidade, mudanças globais do clima, gestão de ativos ambientais e no desenvolvimento de estratégias e negócios, visando a ecoeficiência e a economia de baixo carbono. As soluções desenvolvida pela Waycarbon para o mercado são: um software chamado CLIMAS de gestão de indicadores ambientais; a plataforma

MOVE de análise de vulnerabilidade; LicenTla uma plataforma de inteligência artificial aplicada aos processos de licenciamento ambiental; serviço de consultoria relacionado a sustentabilidade Waycarbon e o programa Amigo do Clima, relacionado a compensação de GEE (Waycarbon, 2021).

O Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima

O Plano se apoia em duas frentes gerais de ação apresentadas nas tabelas abaixo: mitigação, redução de emissões de gases de efeito estufa e adaptação, redução de vulnerabilidade frente aos efeitos das mudanças do clima. Por meio de ações de curto (2024), médio (2032) e longo prazo (2049), o plano propõe construir uma trajetória de redução de gases de efeito estufa com um compromisso de neutralização de carbono até o ano de 2049, melhorar a adaptação da cidade às mudanças do clima e promover justiça climática (PMAMC, 2020).

A mitigação segundo o IPCC tem como objetivo reduzir as fontes de emissão de GEE, limitando a intensidade dos efeitos consequentes do aquecimento climático. Já a adaptação é um processo de ajustar o sistema natural ou socialmente construído com o objetivo de reduzir ou evitar danos advindos das alterações climáticas a esses sistemas (IPCC, 2022).

Podemos afirmar que as metas de mitigação comunicam aos parceiros internacionais o compromisso da cidade para contribuir no enfrentamento das alterações climáticas globais, enquanto as metas de adaptação incorporam as necessidades locais e situa possibilidades de intervenções públicas e privadas na cidade. De pronto é possível apontar que as metas de mitigação firmadas no Plano são ambiciosas e condizentes com o Acordo de Paris, ou seja, o compromisso de ser carbono neutro até 2049, corroborando as avaliações de Portela e Bresciani (2022) e Arruda, Menegaldo e Masiero (2021). No entanto, as metas de adaptação são mais tímidas, especialmente porque estão centradas em educação e conscientização socioambiental – o que em alguma medida naturaliza e individualiza os problemas reais – e na redução de apenas 15% de áreas de risco na cidade. As tabelas 01 e 02 sintetizam essas metas apresentadas no Plano.

As metas de mitigação e adaptação do plano foram definidas a partir de diagnósticos com base nas emissões entre os anos 2014 e 2018, que projetam os cenários de emissões futuras de GEE e riscos climáticos em Salvador dentro dos seus marcos temporais.

Tabela 01: Metas Gerais de Mitigação do PMAMC.

SETOR/ RISCO	2024	2032	2049
Gerais	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir em 15% as emissões de GEE em relação ao ano de 2018. 	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir em 25% as emissões de GEE em relação ao ano de 2018. 	<ul style="list-style-type: none"> Neutralidade de emissões.
Transportes	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir em 25% as viagens por veículos particulares; Aumentar para 5% as viagens de bicicleta. 	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir em 45% as viagens por veículos particulares; Aumentar para 10% as viagens de bicicleta; 40% frota de transporte pública movida a veículos mais limpos e eficientes. 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar para 15% as viagens de bicicleta; 100% frota de transporte pública movida a veículos mais limpos e eficientes.
Energia / Edifícios		<ul style="list-style-type: none"> Alcançar 5% dos edifícios residenciais e 10% dos comerciais de Salvador com sistemas de geração distribuída; 	<ul style="list-style-type: none"> Alcançar 20% dos edifícios residenciais e 30% dos comerciais de Salvador com sistemas de geração distribuída;
Resíduos		<ul style="list-style-type: none"> Reciclar 45% da fração reciclável dos resíduos sólidos domésticos e tratar 10% da fração de orgânicos dos resíduos sólidos domésticos. 	<ul style="list-style-type: none"> Reciclar 80% da fração reciclável dos resíduos sólidos domésticos e tratar 36% dos resíduos orgânicos.

Fonte: adaptado de PMAMC (2020).

Tabela 02: Metas Gerais de Adaptação do PMAMC.

SETOR/ RISCO	2024	2032	2049
Gerais	<ul style="list-style-type: none"> Promover a capacitação da comunidade em adaptação às mudanças do clima em 50% das áreas de risco trabalhadas pelos 	<ul style="list-style-type: none"> Alcançar 36m² de área verde / habitante para toda a cidade (índice atual: 30m²). 	<ul style="list-style-type: none"> Tratamento e reuso de águas residuais; Garantir a universalização dos serviços de água e esgoto.

	NUPDECs em 2018.		
Deslizamento / Inundação	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar em 50% o número de equipamentos destinados ao monitoramento e alerta para a redução do impacto de eventos climáticos adversos em relação a 2018. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a execução de medidas estruturantes para redução de risco em 30% das áreas de deslizamento de terra mapeadas pela Codesal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir de 45% para 30% população que vive em área de risco.
Inundação / Onda de Calor		<ul style="list-style-type: none"> • Criação de estratégia de renaturalização dos rios de Salvador. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a renaturalização de rios a partir de estratégia criada.
Elevação do Nível do Mar		<ul style="list-style-type: none"> • Publicar estratégia consistente para lidar com o aumento do nível do mar em 2049. 	
Doenças por Vetores		<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir em 30% as doenças causadas por vetor (aedes aegypti) em relação aos índices de 2018. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir em 70% as doenças causadas por vetor (aedes aegypti) em relação aos índices de 2018.

Fonte: adaptado de PMAMC (2020)

As metas de adaptação apresentadas na tabela 02 foram setorizadas pelos riscos estabelecidos como predominantes para a cidade de Salvador. Pode ser observado que nas metas gerais de adaptação não existe ações nem estratégias para eventos como inundação/ilhas de calor, elevação do nível do mar e doenças de vetores, ficando para o ano de 2032 criação e formulação de estratégias, o que não garante de fato ações concretas para o enfrentamento desses eventos. Em sua formulação o documento passa por etapas. Diagnóstico técnico, passeando por: inventário de emissão GEE baseado no GPC (Global Protocol); cenários futuros, análises e criação de índices de risco climático.

É possível estabelecer uma relação entre os caminhos propostos pelo ICLEI e os eixos estratégicos do PMAMC. Os caminhos servem como uma bússola para nortear as ações, não necessariamente as ações de um eixo se relacionam com um só caminho, eles podem se atravessar em vários pontos, além de que nem todos os projetos e iniciativas oferecidas pelo ICLEI foram adotados no PMAMC. esses são

os caminhos estratégicos desenvolvidos pelo ICLEI e adotado na política de Salvador, nas seções seguintes vamos articular esses caminhos com os eixos propostos no plano.

O Desenvolvimento Equitativo e Centrado nas Pessoas tem como objetivo um caminho que visa assegurar a promoção e manutenção de comunidades urbanas mais justas e viáveis, garantindo que a saúde humana, a segurança, acesso à alimentação, água, energia e saneamento básico sejam prioridades dos governos locais e regionais (ICLEI, c2022).

Tabela 03: Projetos e Iniciativas do caminho Equitativo e Centrado nas Pessoas.

PROJETOS E INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
Embaixadores pela Justiça Climática	O projeto de ação e educação ambiental, desenvolvido em parceria com a Plant-for-the-Planet, tem o objetivo de combater a crise climática e fomentar a arborização urbana a partir do plantio de árvores e da formação para uma educação ambiental.
Voluntariado pela Sustentabilidade	Proporciona a estudantes universitários e a jovens pesquisadores experiências profissionais qualificadas no ICLEI na América do Sul e nos governos locais associados à rede.
Imersão Acadêmica	A iniciativa viabiliza a participação de jovens universitários em projetos e programas desenvolvidos por gestores públicos, incentivando a pesquisa e a produção acadêmica sobre questões de interesse dos governos locais.
Engajamento pela Juventude	Engajar a juventude em relação a construção de um plano ambiental local.

Fonte: adaptado de ICLEI (2020)

O caminho Baseada na Natureza, visa por meio de ações locais pela biodiversidade, como áreas protegidas, restauração, infraestruturas azuis e verdes, entre outras, gestores públicos podem potencializar os benefícios da natureza para garantir serviços essenciais à população. Além de promoverem novas oportunidades econômicas, essas ações possibilitam o acesso a ambientes saudáveis onde o ar, a água, o solo e outros recursos naturais são conservados (ICLEI, 2020).

Tabela 04: Projetos e Iniciativas do caminho Baseado na Natureza.

PROJETOS E INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
Cities With Nature	Plataforma global que visa conectar governos locais para o compartilhamento de conteúdo, de boas práticas e propiciar a aprendizagem.
Clever Cities	Financiada pela Horizon 2020, a iniciativa visa transformar os projetos urbanos das cidades a partir de Soluções baseadas na Natureza (SbN) por meio da troca de experiências entre governos locais, promovendo cidades sustentáveis e socialmente inclusivas em toda a América do Sul, China e Europa.
Connecting Nature	Idealizada por uma rede de 31 organizações de setores variados, a iniciativa busca proporcionar o compartilhamento de experiências, além da criação, implementação e inovação frente ao desenvolvimento com SbN.
Interact-Bio	Para estimular o crescimento mais equilibrado das cidades, o projeto INTERACT-Bio propõe a incorporação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos em instrumentos de planejamento e gestão de regiões metropolitanas.
Áreas Protegidas Locais	Contribui para a melhoria das condições de governos locais para conservação da biodiversidade por meio de uma gestão efetiva e equitativa de áreas protegidas e de outras medidas de conservação. Os associados que abrigam áreas ricas em biodiversidade têm realizado esforços para a gestão desses territórios por meio do projeto “Áreas Protegidas e Outras Medidas de Conservação baseadas em área em nível dos governos locais”.
Fórum CB27	O Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras – CB27 é uma articulação entre 27 governos para fortalecer e realizar ações coordenadas entre secretarias do Meio Ambiente.

Fonte: adaptado de ICLEI (2020)

O caminho de um Desenvolvimento Resiliente é aquele que prima pela grande capacidade de adaptação a eventos adversos e imprevistos das mais diversas ordens, sejam eles causados por mudanças tecnológicas, ambientais, sociais ou demográficas. A perspectiva da resiliência permite que governos locais e regionais criem estratégias para antecipar possíveis riscos e impactos, fortalecer a capacidade adaptativa e garantir a melhoria de sistemas essenciais, considerando

também os direitos e necessidades das parcelas vulneráveis da sociedade (ICLEI, c2022).

Tabela 05: Projetos e Iniciativas do caminho Resiliência.

PROJETOS E INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
Cidade Resiliente	Construção de um Plano de Ação Climática e da Análise de Riscos e Vulnerabilidades, buscando identificar as maiores ameaças climáticas do território local.
Aceleração e Transição – Cidades Resilientes na América do Sul e Caribe	ICLEI América do Sul assinou o Memorando de Entendimento (MoU) com a Resilient Cities Network, com a intenção de acelerar o processo de transição das cidades da região.
MCR2030	Apoiando a campanha Making Cities Resilient 2030, que defende a necessidade de as autoridades governamentais locais reduzirem o risco e desenvolverem a resiliência urbana. A MCR 2030, da qual a ICLEI é co-presidentes, é uma parceria global de atores com experiência em resiliência urbana, mudança climática e Agenda 2030.

Fonte: adaptado de ICLEI (2020)

Segundo o ICLEI, para lidar com a crise climática é preciso adotar rotas de desenvolvimento de baixo carbono para que alcancemos globalmente emissões líquidas zero em 2050. A transição para a economia de baixo carbono abre novas oportunidades econômicas, que podem ser concretizadas em modais de transporte de baixa emissão; no fim da disposição final inadequada de resíduos como lixões e aterros sanitários; em práticas agrícolas de baixas emissões como integração lavoura-floresta e plantios agroecológicos; e no desenvolvimento de cadeias da bioeconomia (ICLEI, 2020).

Tabela 06: Projetos e Iniciativas do caminho Baixo Carbono.

PROJETOS E INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
Compliance Climático	O Compliance Climático é um processo participativo de sensibilização da administração pública para o desenvolvimento urbano sustentável e a ação climática. A equipe técnica realiza diagnósticos do território para definir metas e planejar ações com indicadores para o seu cumprimento em linha com acordos

	internacionais, como o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e a Energia (GCoM) e o Acordo de Paris.
ACA Brasil	A Aliança pela Ação Climática (ACA) Brasil é resultado de diversas articulações ocorridas ao longo de 2020 para mobilizar lideranças e resgatar o protagonismo brasileiro na agenda climática mundial.
Desafio das Cidades pelo Planeta	O desafio promove o reconhecimento internacional das cidades que atuam de forma ambiciosa e estratégica para o enfrentamento à crise climática, com o objetivo de desenvolver e disseminar boas práticas para que os municípios se engajem em planos de ação direcionados a manter o aumento da temperatura média global abaixo de 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais. Para isso, o desafio trabalha em colaboração com redes de cidades, como o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e a Energia, ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, C40 e o Carbon Disclosure Project (CDP).
Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e a Energia na América Latina e Caribe (GCOM-LAC)	O GCoM-LAC é parte da maior aliança global de governos locais comprometidos com iniciativas de enfrentamento à emergência climática no sentido de reduzir os seus impactos e facilitar a democratização do acesso à energia sustentável.
100% Renewables Cities and Regions Roadmap (100%RE)	O projeto possibilita a construção de um roteiro para que as cidades atinjam 100% de energia renovável em seus territórios até 2050
Urban-Leds II	O projeto é uma iniciativa realizada em parceria entre a ONU-Habitat e o ICLEI, financiada pela Comissão Europeia, que contempla uma estratégia para apoio às cidades na elaboração de projetos de desenvolvimento de baixo carbono alinhados ao Acordo de Paris.
Ecologistics	Ecologistics atua na capacitação de atores governamentais e não governamentais para a construção de estratégias de planejamento da logística local baseadas em políticas que promovam o transporte urbano de baixo carbono e mais sustentável.
Under2 Coalition	Evento online propôs o olhar transversal para a pauta climática visando engajar governos subnacionais na implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) brasileiras, metas voluntárias dos signatários do Acordo de Paris.

Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG)	Em 2020, o ICLEI colaborou com a publicação da oitava edição do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), uma iniciativa do Observatório do Clima que compreende a elaboração de estimativas anuais das emissões de GEE no Brasil.
--	--

Fonte: adaptado de ICLEI (2020)

Metas e Ações

Além dessas metas gerais, o documento utiliza de conceitos estratégicos, como visão, eixos, metas, diretrizes para organizar e sistematizar seu plano de ação. São 57 ações distribuídas em quatro eixos que norteiam o PMAMC: Salvador Inclusiva; Salvador Verde-Azul; Salvador Resiliente; Salvador de Baixo Carbono.



Figura 04: Organograma eixos do PMAMC. Elaborado pela autora, 2025.

O primeiro eixo do plano, Salvador Inclusiva tem como foco justiça climática e inclusão social, trata sobre diminuir os riscos para os grupos vulneráveis, incluí-los em um desenvolvimento sustentável e reforçar a participação desses grupos na formulação, implementação e monitoramento das propostas para ações climáticas.

Tabela 07: Diretrizes e ações do eixo Salvador Inclusiva.

DIRETRIZ	AÇÕES
Transversalidade e Integração de Políticas	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar a lente climática a programas, planos e projetos da cidade; • Criar Programa de Segurança Alimentar.

Governança e Participação	<ul style="list-style-type: none"> • Criar e implementar o Selo de apoio ao PMAMC; • Ampliar e fortalecer a atuação dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs); • Apoiar o Painel Salvador de Mudança do Clima.
Povos Tradicionais e Comunidades Vulneráveis	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar a população mais vulnerável para cultivos de subsistência.
Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Criar e implementar um Programa de Educação Ambiental e Climática.
Programas de Saúde de Bem-Estar	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a rede de saúde para atendimento às vítimas do clima; • Monitorar a poluição atmosférica.

Fonte: adaptado de PMAMC (2020)

Esse eixo e o caminho de Desenvolvimento Equitativo do ICLEI, se alinham no âmbito da justiça climática, prioridade a territórios vulneráveis, participação social, educação ambiental e um fortalecimento comunitário.

Podemos estabelecer relações das diretrizes e ações do PMAMC com os projetos do ICLEI (tabela 03 e 07) que se conversam como: o eixo Educação Ambiental com as iniciativas de Engajamento pela Juventude e Embaixadores pela Justiça Climática. As ações atuais do eixo de Educação Ambiental são: sustentabilidade em quadrinhos com a distribuição de quadrinhos nas escolas em parceria com a SMED e em eventos/ações pontuais da SECIS, como o Laje Talks, Dia do Meio Ambiente, Seminários, palestras sobre educação ambiental e cultura cidadã em escolas, muitas vezes acompanhadas de plantios e hortas; ações de plantio comunitário ou de construção de hortas urbanas; e campanhas de conscientização nas redes sociais da SECIS, muitas vezes em trabalho conjunto com Conselhos de Parques (PMAMC, 2020).

Os projetos do ICLEI voltados à participação de jovens universitários e uma relação mais próxima com estudantes e universidades não foram identificados no PMAMC, apesar de um apelo na construção do plano com a participação acadêmica, o documento não se aproxima com trabalhos acadêmicos que abordam

a temática de crise e alteração ambiental. E as outras diretrizes do PMAMC relacionadas a esse eixo não se encaixam nessa trajetória ICLEI.

É preciso destacar que todas as ações do plano são fundamentadas por meio da Análise de Riscos e Vulnerabilidades Climáticas, como sugere a própria jornada para uma cidade verde do ICLEI (2021). Portanto, as ações de inclusão deveriam, fundamentalmente, atacar a redução dos riscos, logo, a superação da vulnerabilidade. No entanto, não há nenhuma ação neste item que seja direcionada à esse aspecto, sendo a única que tangencia, o fortalecimento dos NUPDECs. Mas, mesmo esta ação é voltada para a conscientização e preparação da população para eventos extremos, especialmente no pós-evento.

Logo, ações que ao invés de se apropriar dos problemas e propor soluções, apontam para um ímpeto individualista de formar a população para compreender a si próprio, quando sabemos que esses aspectos funcionam, praticamente, como controle de corpos. Há, inclusive, uma ação que se volta para capacitar a população tradicional a cultivos de subsistência, o que, historicamente, constitui-se nos modos de vida dessas comunidades.

O segundo eixo, Salvador Verde-Azul, é voltado para a preservação ambiental, uso sustentável dos recursos naturais, garantia da qualidade de vida e crescimento econômico dos habitantes da cidade, conforme síntese apresentada na Tabela 8.

O documento apresenta ações coerentes com práticas internacionais e que são necessárias para alguns aspectos da adaptação, como a arborização urbana e a ampliação das unidades de conservação marinha em consonância com a criação de um sistema de gerenciamento costeiro, já que trata-se de uma cidade que faz da sua costa uma mercadoria vendável ao turismo. Por isso, as ações também dão conta de ampliar aspectos de atração turística, como as certificações Bandeira Azul para mais praias da cidade. Quanto a criação de novos parques o documento não direciona áreas potenciais e trata-se de uma medida contraditória já que recentemente a cidade passou por um processo/tentativa de privatização dos parques públicos por meio de um “plano de concessão de cinco parques baianos à iniciativa privada, como parte do projeto do Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES) de Concessões de Parques Naturais, lançado no fim de 2020” (Milanez, 2021).

Essa ação é resultado de um desconhecimento da própria realidade, já que existem comunidades de parques que defendem a preservação e a manutenção desses espaços de uso comum, portanto, aspectos que deveriam ser ampliados – como prevê o Plano de Ação - e não reduzidos por meio de privatizações.

Ainda sobre esse item, novamente os instrumentos de mercado se sobressaem com ações que direcionam para o Pagamento por Serviços Ambientais e a criação de um banco para compensação de créditos de carbono. Se o foco é o crescimento econômico, quem de fato vai ganhar com essas ações, caso implementadas?

Tabela 08: Diretrizes e ações do eixo Verde-Azul.

DIRETRIZ	AÇÕES
Serviços Ecossistêmicos	<ul style="list-style-type: none">• Criar e implementar um Programa de Pagamentos por serviços ambientais;• Criar um banco e formas de compensação de créditos de carbono
Soluções Baseadas na Natureza	<ul style="list-style-type: none">• Criar novos parques, unidades de conservação e espaços verdes.• Implementar corredores ecológicos;• Ampliar a arborização urbana.
Zona Costeira e Baía de Todos os Santos	<ul style="list-style-type: none">• Ampliar a Certificação Bandeira Azul para mais praias de Salvador;• Criar um sistema de gerenciamento costeiro;• Ampliar as unidades de conservação marinhas;• Desenvolver medidas efetivas para reduzir os impactos climáticos na região costeira e nas ilhas.
Vales dos Rios e Córregos	<ul style="list-style-type: none">• Adotar o conceito de infraestrutura verde-azul nos projetos da cidade;• Revitalizar a Bacia de retenção do Rio Paraguari;• Gestão das águas.

Fonte: adaptado de PMAMC (2020)

O caminho que melhor se relaciona com o eixo Salvador Verde-Azul é a trajetória Baseada na Natureza. Por meio de ações locais pela biodiversidade, como áreas protegidas, restauração, infraestruturas azuis e verdes, entre outras, gestores públicos podem potencializar os benefícios da natureza para garantir serviços essenciais à população. Além de promoverem novas oportunidades econômicas, essas ações possibilitam o acesso a ambientes saudáveis onde o ar, a água, o solo e outros recursos naturais são conservados (ICLEI, 2020).

Ao relacionar as diretrizes e os projetos (tabela 05 e 08) podemos relacionar todas as diretrizes do eixo Verde-Azul com o projeto Áreas Protegidas Locais do caminho Baseado na Natureza do ICLEI. A iniciativa Clever Cities não ocorre no Brasil e a Interact-Bio a cidade de Salvador não faz parte.

O eixo Salvador Resiliente traz como seu objetivo promover a adaptação climática e desenvolvimento urbano e econômico de forma sustentável, diminuindo as desigualdades sociais e espaciais existentes. A perspectiva da resiliência se fez central nesse eixo, pois permitiria. “Que governos locais e regionais criassem estratégias para antecipar possíveis riscos e impactos, fortalecer a capacidade adaptativa e garantir a melhoria de sistemas essenciais, considerando também os direitos e necessidades das parcelas vulneráveis da sociedade” (ICLEI, c2022). Nossas análises vão no sentido enunciado, portanto.

Antes, é preciso fazer um resgate. No item 1 do Plano de Ação, aquele previsto para apresentar um diagnóstico ou explicar por que um plano de mitigação e adaptação em Salvador se afirma que “o fato do desenvolvimento de sua malha urbana, ao longo de décadas, ter sido marcado pela ocupação acelerada e desordenada de áreas pouco dotadas de infraestrutura e suscetíveis à ocorrência de desastres naturais e sociais” (PMAMC, 2020, p. 27, grifo nosso) explicaria boa parte da existência de áreas de risco e dos impactos dos eventos extremos na cidade.

Era de se esperar, portanto, que uma diretriz de uso do solo fosse implementada. No entanto, a única ação prevista para essa diretriz foi o *retrofit* de edifícios antigos ou não ocupados. Evidente que essa ação se volta para o centro de Salvador, especialmente em um plano produzido e orientado para o turismo. É notório, também, que sempre que ações como estas são empregadas, processos de

expulsão dos pobres e de gentrificação se estabeleceram, como aponta Mourad e Baltrusis (2011), Mourad (2019), processos estes sempre acompanhados de resistência e luta pelo direito à cidade como bem apontam Barros e Pugliese (2006).

Diante do lançamento do 4º Eixo do Programa Salvador 360º, especificamente o eixo Centro Histórico do Salvador 360º, que aconteceu em agosto de 2017 numa cerimônia no Fera Palace, na Rua Chile, uma nova rodada de intervenções e de pressões imobiliárias se instaurou. Somente o Grupo Fera investiu, pelo menos, 12 milhões em aquisições imobiliárias na região (Rocha e Castro, 2019). O que nos faz indagar se essa ação que tem como objetivo “promover um sistema de planejamento urbano sustentável de baixo impacto ambiental e energético, incluindo a identificação, estudo de suscetibilidade e proteção de áreas de vulnerabilidade quanto à ocupação desordenada do território (...)” (PMAMC, 2020, 177) de fato será utilizada para seus fins. Estaria a SEDUR pronta a promover justiça climática a partir dessa ação? O retrofit de prédios antigos, será capaz de promover renda, trabalho, moradia digna para população vulnerável, sobretudo a população preta, ou viveremos aquilo que tem sido chamado de “gentrificação climática”? (Anguelovski et al, 2019). Não há no documento nenhuma garantia sobre isso e diante da história de intervenção no centro, é preciso atenção e mobilização.

Tabela 09: Diretrizes e ações do eixo Salvador Resiliente.

DIRETRIZ	AÇÕES
Uso do Solo	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer e divulgar os mecanismos para promover o retrofit de edifícios antigos ou não ocupados.
Drenagem Urbana	<ul style="list-style-type: none"> Revisar e atualizar planos de drenagem.
Agricultura Urbana	<ul style="list-style-type: none"> Criar Plataforma de Produtores “Invisíveis”; Expandir o projeto Hortas e Pomares Urbanos; Fomentar a agricultura urbana orgânica.
Cidade Inteligente e Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer a atuação da Defesa Civil; Publicar editais de Inovação para a Sustentabilidade com foco em mitigação e adaptação;

	<ul style="list-style-type: none"> • Plataforma de Adaptação Inteligente às Vulnerabilidades e Riscos Ambientais - PLAMIRA.
Turismo Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Criar protocolos de mitigação de GEE para a realização de grandes eventos; • Incorporar medidas de adaptação no setor de turismo;
Consumo Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a economia circular nos processos produtivos de Salvador; • Seja circular; • Criar a Plataforma Salvador Colaborativa; • Incentivar compras públicas sustentáveis; • Implantar o Hub Municipal de Economia Circular.

Fonte: adaptado de PMAMC (2020)

O terceiro eixo, nomeado de Salvador Resiliente, pode ser relacionado com o Desenvolvimento de Caminhos Resilientes do ICLEI no que se refere à gestão de riscos, adaptação a eventos extremos e uma infraestrutura adaptativa. Podemos articular o eixo com o projeto de Cidade Resiliente do ICLEI (tabela 05), e foi identificadas ações sendo executadas pelas diretrizes de Agricultura Urbana com a ação Expandir o projeto Hortas e Pomares Urbanos. A diretriz Cidade Inteligente e Sustentável com a ação Publicar editais de Inovação para a Sustentabilidade com foco em mitigação e adaptação e a diretriz Consumo Sustentável com a ação de incentivar a economia circular nos processos produtivos de Salvador. Todas essas são lideradas pela SECIS

O último eixo busca a manutenção e inovação de seus setores produtivos promovendo uma economia de baixa emissão de carbono até alcançar a neutralidade. Segundo o ICLEI, para lidar com esta crise, é preciso adotar medidas de desenvolvimento de baixo carbono para reduzir as emissões até zerá-las. A transição para a economia de baixo carbono abre novas oportunidades econômicas. Como modais de transporte de baixa emissão; realizar um descarte adequado de resíduos sólidos e por consequência por fim aos lixões; um desenvolvimento de bioeconomia (ICLEI, 2020).

No eixo, Salvador Baixo Carbono, foi identificadas as diretrizes Transporte e Mobilidade Urbana com as ações criar e fortalecer programas de incentivo à mobilidade ativa; ampliar e fomentar o uso da rede cicloviária e Mobilizar a mudança modal no transporte. A diretriz de Esgotamento Sanitário tem a ação de expandir a rede de saneamento básico sendo executada pela Embasa. A diretriz de Resíduos Sólidos é composta pelas ações de ampliar o programa coleta seletiva de Salvador e criar centros de compostagem e incentivar o uso dessa rota de tratamento. A diretriz de Energia vem com as ações de desenvolver projetos de energia renovável em comunidades e garantir melhorias de eficiência energética na iluminação pública. A última diretriz identificada foi a de construção sustentável com as ações incentivar o uso do IPTU Verde e Amarelo, adotar soluções AbE nas novas obras de requalificação de espaços públicos.

Tabela 10: Diretrizes e ações do eixo Salvador Baixo Carbono.

DIRETRIZ	AÇÕES
Transporte e Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Criar e fortalecer programas de incentivo à mobilidade ativa; • Ampliar e fomentar o uso da rede cicloviária; • Mobilizar a mudança modal no transporte; • Renovar as frotas de transportes públicos com veículos menos poluentes; • Ampliar corredores de BRT e BRS.
Esgotamento Sanitário	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a gestão de recursos hídricos e o tratamento de efluentes; • Expandir rede de saneamento básico.
Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar o Programa Coleta Seletiva de Salvador; • Reduzir a geração de resíduos e promover coleta seletiva na Administração Pública; • Criar centros de compostagem e incentivar o uso dessa rota de tratamento; • Fortalecer o sistema de logística reversa; • Fazer contenção de resíduos sólidos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver projetos de energia renovável em comunidades;

Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Incluir a geração distribuída nos planos de atração de novos investimentos; • Incluir critérios de eficiência energética nas aquisições públicas; • Garantir melhorias de eficiência energética na iluminação pública.
Construções Sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar o uso do IPTU Verde; • Incentivar a adoção de telhados frios; • Adotar soluções ABE nas novas obras de requalificação de espaços públicos; • Incentivar a eficiência energética em obras e edificações; • Incentivar o IPTU Amarelo.

Fonte: adaptado de PMAMC (2020)

O Salvador Carbono se articula com o Desenvolvimento de Baixa Emissão (tabelas 06 e 10), se alinhando no que refere-se ao inventário de GEE, metas de neutralização do carbono, eficiência energética e mobilidade sustentável. Todas as iniciativas do caminho se comunicam de alguma forma com o plano. Destacando as iniciativas de Compliance Climático, GCOM-LAC (Pacto Global dos Prefeitos), 100%RE e Ecologistics que fortalecem de forma direta a construção do plano e também as ações presentes no eixo SSA-Carbono.

Esse eixo Salvador Baixo Carbono, é central, pois remete não só ao funcionamento da cidade, mas à forma como o estado orienta as suas ações para o fomento de determinadas atividades econômicas, especialmente quando tratamos de possíveis parcerias públicas e privadas, dentro de determinadas normas ambientais. O estabelecimento e o cumprimento dessas normativas ambientais, aliás, proporcionam às cidades supostos atributos que colocados no contexto de competição global vão lhe aferir maiores ou menores investimentos. É muito difícil proporcionar uma articulação da produção do espaço capitalista, na nossa realidade, com os modelos de cidades sustentáveis (Zangalli, 2013).

Na tabela a seguir sistematizamos as ações e subações de curto prazo, essas com vencimento no ano de 2024 e procuramos buscar o cumprimento dessas.

Tabela 11: Tabela de ações de curto prazo (2024).

EIXO ESTRATÉGICO	AÇÕES	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS	FONTE DO FINANCIAMENTO	CUMPRIMENTO DA AÇÃO	OBSERVAÇÃO
Salvador Inclusiva	<ul style="list-style-type: none"> Aplicar a lente climática a planos e programas municipais. <p>Subação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Inserir soluções baseadas na natureza no caderno de especificações de projetos arquitetônicos e no caderno de especificações de projetos urbanísticos da PMS. 	<p>SECIS</p> <p>FMLF</p>	Parcerias Internacionais / Orçamento Municipal.	SIM/ Parcialmente.	Existem diversos programas com uma pegada verde, mas muitos estão distantes da realidade, outros são planos para elaborar planos
Salvador Inclusa	<ul style="list-style-type: none"> Criar e Implementar Selo de Apoio ao PMAMC. <p>Subação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Criar um selo de turismo ecológico. 	<p>SECIS</p> <p>SECULT</p>	Não Identificado / Potencial Recursos Públicos e/ou Parcerias Internacionais.	<p>Não encontrado.</p> <p>Não.</p>	
Salvador Inclusa	<ul style="list-style-type: none"> Capacitar a população mais vulnerável para o cultivo de subsistência. 	SECIS	Não Identificado / Recursos Públicos, Parcerias locais, e/ou Parcerias Internacionais.	Não.	
Salvador Inclusiva	<ul style="list-style-type: none"> Criar painel científico de especialistas. 	SECIS	Universidades / Cooperação Técnica.	Painel Salvador de Mudança do Clima e suas Câmaras Temáticas.	
	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar Arborização 				Segundo o Censo 2022,

Salvador Verde Azul	<p>Urbana.</p> <p>Subações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inventário de arborização urbana; • Plantio de árvores durante o período de chuva; • Doação de mudas nativas da mata atlântica; • Caravana da mata atlântica e projetos de plantios com as comunidades. 	SECIS	Recursos Públicos.	O Programa Salvador Capital da Mata Atlântica.	<p>Salvador, possui 65,6% da população vivendo em arborização no seu entorno, isso corresponde à 1.575.655 pessoas vivendo em ruas sem arborização (IBGE, 2022).</p> <p>Tornando Salvador a capital e segunda cidade menos arborizada no Brasil</p>
Salvador Resiliente	<ul style="list-style-type: none"> • Criar Protocolo de GEE para Realização de Grandes Eventos. <p>Subações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estimular a elaboração de inventários de emissões de GEE de grandes eventos; • Difusão das práticas sustentáveis estimuladas pela ICCA; • Ampliar a campanha Carnaval Sustentável. 	<p>SALTUR</p> <p>SECIS</p>	Não Identificado. Potencial para Parcerias locais e Internacionais.	SIM/ Parcialmente.	Houve protocolo de emissão no carnaval de 2024 e o monitoramento de temperatura durante o carnaval de 2025.
	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir Geração de Lixo e 	SECIS	Recursos	SIM/	

Salvador Baixo Carbono	Promover Coleta Seletiva na administração Pública.		Públicos.	Parcialmente.	
Salvador Baixo Carbono	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver Projetos de Energia Renovável. 	SECIS	Recursos Públicos e/ou Parcerias Locais e Internacionais.	Projeto Salvador Solar.	
Salvador Baixo Carbono	<ul style="list-style-type: none"> Garantir Melhorias de Eficiência Energética na Iluminação Pública . 	SEMOP	Recursos Públicos.	Programa “Iluminando nosso Bairro”.	
Salvador Baixo Carbono	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar o Uso do IPTU Verde. <p>Subações:</p> <ul style="list-style-type: none"> Criar campanhas de conscientização o de energias renováveis; Incentivar o uso da outorga verde; Criar campanhas de divulgação sobre o Programa IPTU Verde. 	SECIS	Recursos Públicos.	SIM/ Parcialmente	

Quem financia a agenda climática de Salvador?

Nota-se, até aqui, que o plano adota mecanismos de mercado como centrais, não à toa, o documento encontra aporte financeiro para a implementação de apenas sete ações específicas. O financiamento é um indicador de viabilidade e de prioridade para as ações identificadas no Plano de Ação.

Das setes ações com recursos, apenas uma delas possui recurso público assegurado, sendo esta ação, a revitalização da Bacia de detenção do Rio Paraguari. Essa obra já iniciada tem o objetivo, segundo a Prefeitura, de “controlar o fluxo das águas do canal, acabando com os alagamentos que ocorrem na região do Subúrbio Ferroviário há décadas⁸” e envolve revitalização de praças, criação de ciclovias, arborização urbana e iluminação pública de LED, contemplando, assim, algumas ações do Plano de Ação Climática.

As outras seis ações que possuem recursos parcialmente assegurados envolvem o fomento à economia de baixo carbono. Isso abarca a promoção direta pelo Estado do que tem sido chamado de economia circular nos processos produtivos, bem como ações de redução de CO_{2eq}, como plantio de árvores, ampliação de ciclovias, modernização da iluminação pública com implementação de lâmpadas de LED, incentivar o IPTU verde e adoção de soluções baseadas na natureza em revitalização de prédios e em obras em espaços públicos. As ações com recursos assegurados adotam, inclusive, campanhas de conscientização para uso de energias renováveis e o fomento ao empreendedorismo verde com foco na população de baixa renda.

Outras ações possuem recursos parcialmente identificados e indicam a origem dos recursos, seja público ou privado. Neste quesito, com recursos identificados, exclusivamente públicos destaca-se: campanhas em áreas sem saneamento; campanhas de como agir em eventos extremos de precipitação; capacitação de agentes em adaptação baseada em ecossistema; fortalecer a rede de saúde para atendimento às vítimas do clima; criar e implementar um Programa de Pagamentos por serviços ambientais; ampliar a arborização urbana; fortalecer a atuação da Defesa Civil; Fortalecer a gestão de recursos hídricos e o tratamento de efluentes; Expandir a rede de saneamento básico; compras públicas sustentáveis; ampliar corredores de BRT e BRS; Fazer contenção de resíduos sólidos; Reduzir geração de lixo e promover coleta seletiva na administração pública; Incluir critérios

⁸ A primeira etapa da obra contou com um montante de R\$14.728.235,54 e a segunda etapa receberá aporte de R\$7.279.116,61. Fonte: <https://desal.salvador.ba.gov.br/prefeitura-inicia-segunda-etapa-da-revitalizacao-do-rio-paraguari/>

de eficiência energética nas aquisições públicas; e Incentivar o IPTU amarelo (PMAMC, 2020).

Destas ações destacadas, aquilo que é recurso fundamentalmente público envolve aspectos diretos e de responsabilidade da gestão pública. No entanto, ressalta-se o compromisso assegurado de criar um sistema de pagamentos por serviços ambientais, o que insere a gestão numa perspectiva financeirizada das ações de mitigação climática. O destaque cabe para a fonte dos recursos fundamentalmente pública.

Ainda nos itens com financiamento identificado, das 36 ações, 12 delas contam com parcerias internacionais. Algumas dessas parcerias são importantes, especialmente quando tratamos de recursos para financiar a pesquisa, como a aplicação de lente climática a programas e planos da cidade e o fortalecimento do Painel Salvador de Mudança do Clima. No entanto, quando essas parcerias encontram programas de Educação Ambiental associados à formação de líderes climáticos, a escolha por uma educação de mercado em detrimento de uma educação ambiental crítica se destaca).

Outros aspectos problemáticos das parcerias internacionais referem-se à indefinição da ação. A ação 24, por exemplo, prevê a criação de plataformas de produtores invisíveis, ação essa voltada para a redução das vulnerabilidades. Uma ação simples como esta não demanda parcerias internacionais, mas ao fazê-lo, submete a viabilidade do projeto aos interesses internacionais, seja de financiamento ou de implementação. O mesmo acontece quando com a implementação das ações voltadas para a adaptação, que deveria ser central e prioridade do Estado, uma vez que são as com maior efetividade na resolução dos problemas reais.

No entanto, quando falamos da redução de carbono as parcerias internacionais não aparecem. Isso indica que não há um interesse na mitigação de CO_{2eq}? Evidente que o interesse maior é este, também por isso o Plano apresenta compromissos financeiros mais sólidos e viáveis, mostrando aos parceiros internacionais já identificados o compromisso da gestão pública na sua implementação.

Dessa forma, o financiamento identificado no Plano de Ação Climática de Salvador, é mais um argumento que reforça e atesta a contradição inicialmente enunciada, qual seja a de que o documento e as ações foram pensadas para reposicionar a cidade numa rede de cidades globais, atraindo investimentos internacionais em detrimento das ações com impacto direto no espaço urbano de Salvador, como aquelas voltadas para a redução de áreas de risco e adaptação da cidade à alagamentos, inundações e deslizamentos de terra que historicamente assola a população soteropolitana.

Crítica da Sociedade Civil ao Plano

A despeito do que afirmam os formuladores do PMAMC, de que “o plano da capital baiana foi o que apresentou maior participação popular e segundo ICLEI (2020) foi o mais participativo do mundo, com mais de 60 reuniões e mais de 1500 pessoas ouvidas” (Arruda, Menegaldo e Masieiro, 2021, p. 301), o processo foi marcado por um sistema de validação pública, ao menos é o que sugerem os documentos publicados pelo Fórum Clima Salvador. O Fórum se apresenta como:

Um grupo de ambientalistas, lideranças comunitárias e cientistas, representando coletivos, ONGs, territórios, laboratórios e institutos de pesquisa, fundaram em maio de 2020 o Fórum Clima Salvador, para discutir a crise climática com enfoque na capital baiana, buscando integração com a região metropolitana, demais áreas de influência da Bahia (FCS, 2020).

A fundação do grupo se deu intrinsecamente ao processo de produção do documento como uma resposta ao esvaziamento da participação popular promovida pelo consórcio ICLEI/WayCarbon e pela gestão pública, como indica a descrição do grupo no seu site eletrônico:

A elaboração do plano [PMAMC] foi iniciada em janeiro com data de conclusão prevista entre outubro e novembro de 2020. É uma iniciativa importante, mas fica a pergunta: quem fiscaliza, acompanha, intervém, recomenda alterações e garante que as futuras políticas públicas e intervenções privadas da cidade respeitarão o novo paradigma do PMAMC ao longo dos anos? É preciso que os diversos setores da sociedade se envolvam com a agenda climática de Salvador e da Bahia, ocupando o seu legítimo espaço de participação. (FCS, 2020).

O coletivo publicou ao menos três documentos críticos ao processo de formulação do Plano de Ação, documento estes que passaremos a analisar. O segundo documento publicado e, talvez, um dos mais importantes, é intitulado Riscos Climáticos. Na elaboração do documento o coletivo utilizou uma metodologia que consiste em: Análise da “Avaliação dos resultados preliminares do índice de risco climático para Salvador” e, por fim, os resultados foram classificadas em questões estruturantes, questões específicas e sugestões para o aprimoramento do processo do PMAMC (FCS, 2020b).

O FCS questiona o cerne do Plano, a saber, ou as ameaças climáticas destacadas para a cidade de Salvador como: inundação, deslizamento, ondas de calor, doenças transmissíveis e seca meteorológica. O FCS aponta a falta de clareza em relação aos critérios utilizados para a escolha desses riscos específicos e apresenta com base em literatura científica 13 categorias de riscos e suas consequências para a cidade.

Tabela 12: Riscos, efeitos e consequências para a cidade de Salvador.

RISCOS	CONSEQUÊNCIA PARA A CIDADE
Elevação do nível do mar	<ul style="list-style-type: none"> • Inundação e deslocamento; • Erosão da costa e perda de terra; • Aumento da salinidade em estuários e aquíferos costeiros; • Elevação do lençol freático costeiro e resistência à Drenagem; • Alteração dos sedimentos de fundo e mudança das funções dos ecossistemas costeiros; • Impactos sobre atividades recreativas.
Aumento de tempestades	<ul style="list-style-type: none"> • Inundação.
Efeito dos eventos extremos sobre a infraestrutura construída	<ul style="list-style-type: none"> • Perda no PIB.
Problemas de saúde (morbidade e mortalidade)	<ul style="list-style-type: none"> • Doenças propagadas pela água e pelos alimentos; • Doenças propagadas por vetores;

	<ul style="list-style-type: none"> • Doenças propagadas por inundações.
Impactos sobre a demanda de energia	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de temperatura e criação de bolsões de calor na cidade.
Impactos sobre a demanda, disponibilidades e qualidade de água doce	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo humano; • Agricultura; • Geração de energia; • Saúde; • Recreação; • Pesca; • Navegação; • Perda da biodiversidade.
Impactos sobre o turismo e herança cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Migração do turismo nacional e internacional de áreas mais quentes para áreas mais frescas; • Interação de altas temperaturas e falta de água no verão podem reduzir a atração em áreas com esse padrão de mudanças; • Erosão da costa pode reduzir a atração para áreas costeiras; • A perda do turismo pode prejudicar a manutenção da herança cultural, que atualmente é sustentada pelo turismo.
Impactos sobre os ecossistemas e biodiversidade urbanos	<ul style="list-style-type: none"> • Afetam os serviços que estes oferecem como oportunidade de recreação.
Efeitos sobre a poluição do ar	-
Efeitos sobre os ativos físicos que são usados para a produção e serviços na cidade	-
Efeitos sobre o custo dos materiais e inputs para a produção econômica	-
Efeito sobre o custo dos negócios e para competitividade e performance econômica	-

Fonte: adaptado do relatório do Fórum Clima Salvador (2020b).

A definição da área de abrangência de estudos também é um ponto discutido, os riscos climáticos para Salvador não derivam apenas dos efeitos do clima ligados diretamente a cidade, ela não é um sistema fechado, logo depende e recebe influência de outras áreas geográficas. O fornecimento de água, alimentos e energia da cidade depende de outras regiões e das condições climáticas desses lugares que exportam esses bens para Salvador.

O abastecimento de água da cidade vem da bacia do Paraguaçu, localizada no semiárido baiano; o abastecimento de alimentos vem historicamente de cidades do recôncavo baiano e de centros mais distantes como São Paulo e a energia elétrica gerada a partir da geração e transmissão das usinas da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), cujo usinas estão localizadas no interior do país (FCS, 2020b). Faz-se necessária uma avaliação em escalas que envolvam sua interdependência, pois os impactos da mudança do clima podem vir a causar impactos diretos a cidade.

Foi debatido algumas restrições importantes relacionadas à base de dados que, segundo o coletivo, limita e simplifica as análises pretendidas pelo plano. O cenário considerado no documento foi o GEE RPC 8.5, que é o cenário que projeta a maior concentração de gases de efeito estufa na atmosfera. O Fórum aponta que esse cenário, sendo um instrumento de planejamento, deveria considerar as incertezas envolvidas e, assim, assumir uma faixa de possibilidade entre os cenários mais ou menos drásticos com relação às mudanças climáticas.

Outro ponto é que a análise se baseia na população que foi estimada no CENSO de 2010, para fins dos fatores de exposição e vulnerabilidade. A crítica se faz na defasagem de 10 anos das informações. Dessa forma, por falta de um CENSO atualizado durante o processo, os dados deveriam passar por ajustes com base em estimativas que são feitas pelo próprio IBGE ao longo destes anos. As análises espaciais dos riscos se baseiam nos setores censitários do IBGE, para certas análises, o uso dos setores censitários que possuem a organização espacial

do CENSO de 2010 podem trazer resultados não muito apropriado ao objetivo que se pretende.

No que se refere aos cenários climáticos extremos projetados para o ano de 2100 foi mantido um cenário fixo com o perfil e as características definidas no CENSO de 2010 novamente sem refletir as condições atuais e futuras da cidade. Essas são só algumas das questões trazidas pelo grupo nesse documento.

Em 16 de julho de 2020 o Fórum Clima Salvador emitiu uma nota pública (FCS, 2020a) sobre uma ausência no processo participativo do PMAMC e a falta de devolutiva das contribuições formalmente entregues por coletivos da sociedade civil. Essa nota foi encaminhada para a Prefeitura de Salvador, para a Secretária de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (SECIS), o ICLEI e a Waycarbon. Nela se manifesta a preocupação com o que se tornou o processo de elaboração do plano, que se mostrava afastado da esfera social. Segundo o grupo, ocorre um desvio de entendimento no que diz respeito à participação efetiva da sociedade civil na elaboração do documento.

O conteúdo da nota se refere a questões como: discussões pautadas só pela equipe do PMAMC, quando deveriam estar abertas para serem pautadas por representantes do povo, já que são estes os que realmente sentem com intensidade os impactos da mudança do clima. Outro ponto foi o esvaziamento das discussões através de palestras com expositores distantes da realidade local, que preenchiam quase todo o tempo do evento, e que não se conectam com as demandas levadas pelos grupos que estavam acompanhando o processo. Além da elaboração do plano seguir sem atualizar as demais partes e algumas das etapas serem mantidas em segredo.

O planejamento participativo não é apenas uma ação passageira em que os planejadores do governo dialogam com a população para validar planos, projetos e ações tomadas a nível técnico ou político com medidas já decididas sem a comunidade. Também não significa, apenas chamar setores comunitários para a execução de tarefas decorrentes de planos elaborados sem a participação dos mesmos. O planejamento participativo constitui um processo político, que tenha seu

propósito discutido coletivamente no qual seus participantes possam realmente colaborar (Cornely, 1980).

CONCLUSÕES

O termo Desenvolvimento Sustentável vem sendo cada vez mais usado, debatido e incorporado nos mais diferentes discursos das diferentes esferas sociais. Whitacker (2013) aborda a questão do desenvolvimento sustentável na perspectiva de uma ideia ou proposta em construção e não de um conceito acabado. O autor entende que é importante analisar a ideia de desenvolvimento sustentável construída e aplicada, no contexto do mundo atual, que deve ser esclarecido para que possamos entender se esse termo implica em uma proposta de outro modelo de desenvolvimento ou se simplesmente pressupõem ajuste no atual, com limitações verdes que de nada alteram os impactos do modo de produção capitalista na sociedade.

Segundo a socióloga Fernandes (2002) a construção de categorias abstratas, como as de humanidades, de gerações futuras, de qualidade de vida, e categorias relacionadas a crise ambiental dificulta a análise referente às diferenças entre grupos sociais e nações, protegendo a proposta de desenvolvimento sustentável do enfrentamento de eventuais contradições no campo das relações sociais. Para a autora, o que se mostra como proposta de desenvolvimento sustentável é, na verdade, uma política ambiental global, elaborada e implementada por instituições tradicionalmente responsáveis por assegurar os processos de expansão do capital, de controle, gestão e monitoramento de recursos naturais (Fernandes, 2002).

A hegemonia do pensamento neoliberal se manifesta em muitos aspectos da vida cotidiana: trabalho, cultura, práticas políticas e também na governança. O neoliberalismo foi se inserindo nas instituições de dominância política, econômica e midiática e se consolidando como modelo atual de desenvolvimento. Fabricando uma ideia de mundo e globalização baseada no livre mercado e comércio. Esse processo de globalização faz com que o protagonismo do Estado seja transferido para o mercado mundial, criando arranjos institucionais que permitem que o Estado assuma uma nova posição de comando e organização. Sendo assim, o Estado pode

legitimar e viabilizar melhores condições para a ação de agentes privados nos territórios da cidade (Ribeiro, 2012).

Para fins de conclusão, retomamos as perguntas iniciais que compuseram a análise dos documentos, a saber: i) qual o tipo de protagonismo do Estado? Está centrado na ação pública ou propõe distribuição do poder e da tomada de decisão? ii) qual o nível de participação coletiva na produção do plano? iii) qual o nível de aderência aos principais problemas climáticos da cidade? iv) quais as possibilidades de inserção social na gestão climática futura da cidade?

Assim, é necessário afirmar que: i) O Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima de Salvador é um plano político com grande dimensão, suas metas e ações são projetadas para produzir e impactar a cidade por muitos anos, envolvendo diversos setores. O Estado assume o papel de indutor das ações, assumindo riscos, especialmente no quesito da transição econômica do modelo energético fossilista para uma economia circular e de baixo carbono. Isso fica evidente pelo financiamento destinado a esse eixo, diretrizes e ações.

Há a proposição de um modelo de governança climática internacional, portanto, o plano carrega uma nova forma de governabilidade do território, com um planejamento que se propõe participativo, mas esse modelo de governança que emergiu do processo de globalização congrega uma dimensão neoliberal, o que alerta sobre os interesses envolvidos nesse documento. A participação social ficou aquém do que deveria ter sido, nos levando a questionar se as medidas determinadas no plano realmente contemplam toda a sociedade e suas diferentes necessidades.

Quanto à aderência do PMAMC à realidade soteropolitana, a julgar pelas metas pouco ambiciosas no eixo de adaptação e pelas críticas realizadas pelos coletivos envolvidos, o documento tem pouca aderência aos reais problemas sócio climáticos da cidade, voltando-se muito mais para atrair e reposicionar a cidade numa teia de competitividade internacional.

A partir desse aspecto, é possível afirmar que não há espaço para a inserção social na gestão climática futura da cidade, primeiro porque o processo de elaboração do plano não foi participativo, o que inviabilizou a incorporação de

diretrizes de solidariedade, por exemplo, capazes de ampliar a gestão pública em suas bases.

Por fim, durante a realização desta pesquisa mostrou-se evidente a importância da participação, intervenção e engajamento da sociedade civil na agenda local de mudanças climáticas, já que seus efeitos afetam a cidade de forma diferente tendo mais impacto nas populações mais pobres. Para construir um planejamento participativo fica entendido que todos os grupos sociais devem participar na tomada das decisões fundamentais. Mas, se alguém deve ter prioridade, trata-se dos grupos historicamente oprimidos, das populações penalizadas pelo sistema dominante.

REFERÊNCIAS

ANGUELOVSKI, Isabelle et al. Why green “climate gentrification” threatens poor and vulnerable populations. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 116, n. 52, p. 26139-26143, 2019.

ARRUDA, Angela Maria; MENEGALDO, Vanize, MASIERO, Érico. Análise dos planos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas das principais capitais brasileiras regionais. **Anais do II Simpósio Brasileiro sobre Cidade, Paisagem e Natureza**. Baurú, 2021.

BARROS, Juliana Neves; PUGLIESE, Vanessa Souza. Desapropriação das memórias indesejáveis: opressão e resistência no Centro Histórico de Salvador. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, v. 43, p. 1-17, 2006.

BICHIR, Renata Mirandola. **Governança multinível**. 2018.

CÂMARA, Ana Carolina. ProAdapta – Apoio para adaptação à mudança do clima. **GIZ. SD**. Disponível em: <<https://www.giz.de/en/worldwide/69877.html>>. Acesso em 8 de Junho de 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A virada espacial. **Mercator (Fortaleza)**, v. 14, n. spe, p. 7-16, 2015.

CORREIA, Roberto Lobato et al. **O espaço urbano**. Ática, 1989.

CORREIO (BA). **Salvador está no time das cidades resilientes no mundo**. Jornal Correio, Salvador, 30 mar. 2019. Disponível em: https://www.correio24horas.com.br/sustentabilidade/salvador-esta-no-time-das-cidades-resilientes-no-mundo-0319?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 16 jun. 2025.

FCS. **Fórum Clima Salvador**, 2020. Publicações. Disponível em: <https://www.forumclimasalvador.org/_files/ugd/510833_3b1f65c710654d1ab814eef30535909b.pdf>. Acesso em: 18 de jul. de 2022.

FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento sustentável. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 21, n. 2, p. 246-260, 2002.

FMLF. FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. **Salvador 500**. Disponível em: <https://fmlf.salvador.ba.gov.br/salvador-500-2/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

ICLEI. ICLEI - **Governos Locais pela Sustentabilidade**, c2021. Quem Somos. Disponível em: <<https://americadosul.iclei.org/quem-somos/>>. Acesso em: 14 de fev. de 2024.

ICLEI. **Jornadas para uma Cidade Verde**, 2021. Biblioteca ICLEI. Disponível em: <<https://americadosul.iclei.org/documentos/iclei-2021-jornada-para-uma-cidade-verde/>>. Acesso em: 14 de fev. de 2024.

IBGE. **População em áreas de risco no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabela 9883. **Números de favelas ou comunidades urbanas**. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9883#resultado>. Acesso em: 5 abr. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Tabela 6591. **Moradores em domicílios particulares permanentes ocupados em setores censitários selecionados para a Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios.** *SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática*, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6591#resultado>. Acesso em: 7 jun. 2025.

IPCC – INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability.** Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

MARTINS, Rafael D.'Almeida. Governança climática nas cidades: reduzindo vulnerabilidades e aumentando resiliência. **Revista Geográfica Acadêmica**, v. 4, n. 2, p. 5-18, 2010.

MILANEZ, Felipe. Privatização de parques provoca temor entre ambientalistas e comunidades na Bahia. **GAMBA, Grupo Ambientalista da Bahia**. Salvador, 17/02/2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/eIL34> Acessado em: 23/08/2023.

MORENO, Camila. **As roupas verdes do rei: economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 256-295, 2016.

MOURAD, Laila Nazem; BALTRUSIS, Nelson. GT1-1081 Pelourinho, entre a gentrificação e coesão social. **Anais ENANPUR**, v. 14, n. 1, 2011.

MOURAD, Laila Nazem. **O processo de gentrificação do centro antigo de Salvador 2000 a 2010.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Salvador, 2019.

MMA. **Acordo de Paris.** c2022. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris.html>. Acesso em 15 de mar. de 2024.

MMA. **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima**, c2022. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas.html>. Acesso em 15 de mar. de 2024.

ONU. Líderes da Semana do Clima da América Latina e Caribe se reúnem no Brasil para impulsionar ação climática. 2019. **ONU News**. 19 de agosto de 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/08/1683771>. Acesso em 8 de Junho de 2023

PEREIRA, Margarida. Governança territorial multinível: fratura (s) entre teoria e prática (s). **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 4, n. 2, p. 4-20, 2014

PMAMC - **Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima em Salvador.** Salvador Plano de Ação Climática. 1 ed. Salvador: SECIS, 2020.

PORTELA, Laura Chein; BRESCIANI, Luis Paulo. Características da resposta subnacional à mudança climática: iniciativas e políticas públicas nas metrópoles brasileiras. **FGV Revista de Iniciação Científica**, v. 29, 2022.

RESILIENT CITIES NETWORK. **Estratégia de Resiliência de Salvador: versão em português** [PDF]. [S.l.: s.n.], 2019. Disponível em: https://resilientcitiesnetwork.org/downloadable_resources/Network/Salvador-Resilience-Strategy-Portuguese.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

REPORTER HOJE. Salvador 360 vai impulsionar a economia da cidade em quatro anos. **Salvador: Reporter Hoje**, 30 maio 2017. Disponível em: <https://www.reporterhoje.com.br/2017/05/30/salvador-360-vai-impulsionar-economia-da-cidade-em-quatro-anos/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

RIBEIRO, Fernando Pinto. O paradigma ambiental na globalização neoliberal: da condição crítica ao protagonismo de mercado. **Sociedade & natureza**, v. 24, p. 211-226, 2012.

ROCHA, Vitor, CASTRO, Zezão. Em risco no Pelourinho: adeus, artesãos. Olá, hotéis de luxo: o plano gourmet do prefeito de Salvador para o centro histórico. **The Intercept Brasil**, 21 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2019/04/21/salvador-centro-historico-pelourinho/>. Acesso em 8 de junho de 2024.

SANTANA, Jéssica de Jesus Garcia. **Vulnerabilização a partir do clima urbano e da produção do espaço em Salvador, Bahia**. Orientador: Paulo Cesar Zangalli Junior. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação, Coordenação de Iniciação à Pesquisa, Criação e Inovação, 2020. Relatório de Pesquisa (PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica).

SANTANA, Nilton Sousa. **Análise da vulnerabilidade ambiental de Salvador**: Um subsídio ao planejamento e à gestão territorial da cidade. 2014.

SANT'ANNA NETO, João Lima. O clima urbano como construção social: da vulnerabilidade polissêmica das cidades enfermas ao sofisma utópico das cidades saudáveis. **Revista brasileira de climatologia**, v. 8, 2011.

Secretaria de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (SECIS) e Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ). Painel Salvador de mudança do clima. **Cadernos temáticos**, vol 01. Disponível em: http://sustentabilidade.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/PAINEL_DE_MUDANÇAS_CLIMATICAS-ONLINE.pdf. Acesso em 24 nov. 2024.

SOARES, Antonio Mateus de C. Cidade revelada: pobreza urbana em Salvador-BA. **Revista Geografias**, p. 83-96, 2009.

SOUZA, Jilvana Ferreira da Silva et al. **Por trás da lona preta: necropolítica e deslizamentos em Salvador, Bahia**. 2025.

UNFCCC. Regional Climate Weeks. **United Nations Climate Change**. 2023. Disponível em: https://unfccc.int/climate-action/regional-climate-weeks?gclid=CjwKCAjwm4ukBhAuEiwA0zQxk1wi4ELPStb10RaZdERB8gngp7IJ-TdMGpj4owXr92Z78IKnzA3d8xoCx6AQAvD_BwE#2023. Acesso em 8 de Junho de 2024.

WAYCARBON. **Waycarbon**, 2021. Disponível em: <https://waycarbon.com/>. Acesso em: 14 de fev. de 2024.

WHITACKER, Guilherme Magon. Sobre o discurso ideológico do desenvolvimento sustentável e a reprodução do modo capitalista de produção. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 33, n. 1, p. 73-89, 2013.

ZANGALLI JR, Paulo Cesar. Sustentabilidade urbana e as certificações ambientais na construção civil. **Sociedade & Natureza**, v. 25, p. 291-302, 2013.

ZANGALLI JR, Paulo Cesar. **O capitalismo climático como espaço de reprodução do capital: governança do clima e sujeitos sociais**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Presidente Prudente, p. 204. 2018.